



ANGOLA

À Unita só resta a guerra

O anúncio feito, esta semana, pelo governo norte-americano do fim do embargo à venda de material militar não letal a Angola é, sem dúvida, até o momento, a prova mais contundente do redirecionamento da atuação política dos Estados Unidos em relação à questão angolana.

A administração Clinton parece ter tido mais facilidade para romper com antigas alianças remanescentes do tempo da guerra fria, provavelmente em decorrência do longo período de afastamento da Casa Branca e devido às transformações ocorridas no mundo com o desmoronamento do bloco soviético. Todavia, essa aproximação entre Washington e Luanda não ocorreu sem que o governo norte-americano mandasse previamente uma série de avisos a Jonas Savimbi.

A postura norte-americana com relação ao conflito angolano começou a se alterar com as sucessivas recusas da Unita em participar das negociações orquestradas pelos observadores de Bicesse e pela ONU, em Abidjan. A partir desse momento, os Estados Unidos passaram a ser pressionados de forma mais intensa pelos demais observadores, bem como pelo MPLA, a exercerem uma influência sobre a Unita que produzisse efeito sobre a mesa de negociações.

Certamente, a resposta da Unita, através da intensificação dos ataques às regiões controladas pelo governo, surpreendeu o governo americano e os demais observadores. Os Estados Unidos divulgaram que seria possível o reconhecimento do governo de Luanda por Washington, o que resultou num certo silêncio da Unita, sem que fosse alterada sua estratégia militar.

A manutenção da ofensiva militar e dos empecilhos à negociação levaram os Estados Unidos a estabelecer contatos de forma oficial com Luanda, o que foi seguido pelo reconhecimento do governo de José Eduardo dos Santos e a abertura de embaixada em Luanda. A crise atual com relação aos portugueses detidos no Huambo se apresenta como o fato responsável pelo anúncio por parte dos Esta-

dos Unidos da suspensão do embargo comercial a Luanda. No entanto, essa aproximação entre Washington e Luanda deve ser vista como a demonstração de que o poder de ingerência norte-americano nas decisões da Unita é bem reduzido e que essa constatação ocorre paralelamente a um sofisticado e silencioso investimento do governo angolano no campo diplomático, que certamente tem demonstrado maior poder de adaptação às exigências de democracia, bem como maior flexibilidade nas negociações.

A estratégia do governo angolano de dar mais ênfase ao campo diplomático-internacional em detrimento do aspecto militar, ou melhor, como base para sustentação militar, obteve nas últimas semanas um apoio fundamental com a declaração norte-americana. Esse sucesso do governo pode ser constatado através da tentativa da Unita em obter novos apoios internacionais, enviando uma comitiva à Europa que só obteve receptividade em Paris e Roma.

A tentativa fracassada de uma ofensiva no campo político-diplomático, já dominado pelo governo, reflete a percepção pela Unita de que a atuação internacional pode reverter a correlação de forças no campo militar.

Provavelmente, o convite de Hassan II a José Eduardo dos Santos para que fizesse escala no Marrocos em seu regresso do Cairo, onde o presidente angolano havia participado da reunião da OUA - na qual obteve a adesão da maioria dos chefes de Estados presentes -, teve uma eficácia, enquanto alerta para as intransigências de Savimbi, maior que a declaração norte-americana.

A arena internacional está fechada para Savimbi. Resta-lhe apenas a guerra para tentar reverter esse quadro, demonstrando que a derrota militar da Unita continua impossível e reabrindo, assim, os espaços de negociação e de busca de aliados. No entanto, até isso deve ser questionado, se se considerar os apoios que o governo tem recebido.

Marcelo Bittencourt

AOS LEITORES

O Centro de Estudos Afro-Asiáticos tem o prazer de convidá-los para a palestra **HISTÓRIA POLÍTICA SOBRE A IDÉIA DE RAÇA**: uma comparação entre África do Sul, Estados Unidos e Brasil, com o Professor Anthony W. Marx, do Departamento de Ciência Política da Columbia University.

A palestra será realizada no dia 29 de julho de 1993, às 18 horas, na Rua da Assembléia, 10, sala 501.

NESTA EDIÇÃO

- ÁFRICA DO SUL**
- Prisões de extremistas encobrem medos (Pág. 3)
- ANC convoca jornada de defesa da democracia (Pág. 3)
- Vitória federalista (Pág. 4)
- Eleições a 27 de abril de 1994 (Pág. 4)
- África do Sul abandona foguetões (Pág. 4)
- Mandela adia levantamento de sanções (Pág. 6)
- ANGOLA**
- O canto do matricinde (Pág. 5)
- Segundo vôo aguarda luz verde da Unita (Pág. 6)
- "A Unita está a fazer um favor a Portugal" (Pág. 7)
- Butros-Ghali ataca Unita (Pág. 7)
- Unita anuncia mediação do Vaticano (Pág. 7)
- Mais portugueses só para o fim-de-semana (Pág. 8)
- EUA 'libertam' material não letal (Pág. 8)
- Unita crítica EUA (Pág. 8)
- Savimbi cada vez mais só (Pág. 9)
- Unita dificultou embarque no Huambo (Pág. 10)
- O fim de um pesadelo (Pág. 10)
- Unita acusada de exercer "chantagem" sobre refugiados (Pág. 11)
- CABO VERDE**
- Entrevista do presidente de Cabo Verde (Pág. 12)
- A noção dos limites (Pág. 12)
- MOÇAMBIQUE**
- Renamo detém deputado (Pág. 13)
- Gungunhana preso outra vez! (Pág. 14)

Tome nota

● Uma aliança espúria, recentemente formada, entre os racistas brancos sul-africanos da Frente Africânder e o partido de direita Inkatha, de origem zulu, sofreu sério abalo com uma destrambelhada ação dos nazistas da AWB, que também integram a Frente. Eles agrediram os membros de 26 organizações políticas sul-africanas que se encontravam reunidos, em 25 de junho, para discutir a democratização do país. Essa ação, que *The Economist* intitulou de "um tiro no pé", provocou uma reação de desconfiança por parte do Inkatha e de seus parceiros no Fórum África do Sul-Tswana (SATSWA), uma organização que incluí os dirigentes conservadores do bantustão "independente" de Bophuthatswana.

- O parlamento do Malavi aceitou instaurar o multipartidarismo no país, depois de esmagadoramente aprovado num plebiscito. É de crer, contudo, que, pelo menos por enquanto, isso não afetará a longa carreira política do presidente perpétuo da República, Kamuzu Banda.
- Na reunião da OUA realizada no Cairo semana retrasada, o presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, foi eleito um dos vice-presidentes da organização. "Pela primeira vez, o governo angolano goza do apoio unânime dos Estados africanos", comentou um diplomata europeu. Nem o Marrocos defendeu o seu "velho amigo" Jonas Savimbi, que foi duramente criticado numa reunião de presidentes africanos realizada após a da OUA, em Rabat. (JMNP)

A importância de se chamar Angola

Angola vem permanecendo na boca de cena da política mundial desde o início de sua guerra de libertação do colonialismo português, em 1961, mas foi objeto de um interesse especial por altura de sua independência, em 1975. Nessa ocasião, as lutas dos movimentos nacionalistas entre si e, sobretudo, a invasão sul-africana, a intervenção cubana e o apoio soviético trouxeram Angola para o interior da guerra fria.

Durante os conflitos armados, que se prolongaram por mais 16 anos, os americanos, junto com a África do Sul, apoiaram os rebeldes da Unita. Os cubanos e a então União Soviética ficaram do lado do governo do MPLA, partido único de cunho marxista. Os acordos de paz em Nova Iorque, em dezembro de 1988, conduziram ao fim das invasões sul-africanas, à retirada das tropas cubanas e aceleraram a independência da Namíbia. Permaneceu a guerra contra a Unita, que terminou com os Acordos de Bicesse, em maio de 1991.

Entretanto, Angola, que já havia decretado o fim do marxismo-leninismo como doutrina oficial do Estado, enveredado pelo multipartidarismo e feito reformas econômicas desestatizantes, realizou eleições gerais em setembro de 1992. Concorreram mais de uma dúzia de partidos e a vitória, no primeiro turno, de José Eduardo dos Santos para presidente da República e a do MPLA para a Assembleia Nacional foram consideradas livres e justas pelos observadores da ONU. A Unita, o segundo partido, teve a expressiva votação de cerca de 34%, elegendo 70 dos 210 deputados. Savimbi teve na sua candidatura presidencial 40% dos votos.

O que se seguiu é do conhecimento de todos: a Unita, que já havia desrespeitado Bicesse, não aceitou o resultado das eleições e recomeçou a guerra, que já dura oito meses, com uma estimativa de mortos que ultrapassa os 32 mil.

Afinal de contas, que país é este, vitimado por mais de 30 anos de guerra quase ininterrupta? Que importância estratégica e econômica ele possui para ter atraído o interesse das superpotências e a ira bélica do poder branco sul-africano? O que se segue é uma pequena parte das respostas, um microperfil de Angola, com relevo para os dados econômicos. Explique-se que as comparações frequentes com indicadores de 1973 são necessárias, pois esse ano constituiu o ápice de produção de quase todos os setores da economia que depois, com a excessão do petróleo, decairia devido à guerra civil que se desencadeou. Esse ápice de 1973-74 foi o resultado da reação portuguesa à luta de libertação e foi obtido pela associação que o governo de Lisboa intensificou com as multinacionais, sem descurar o empresariado e os colonos portugueses. É de lembrar que a guerra de independência não atingiu militarmente as áreas mais produtivas do país. Isso veio a ocorrer, e de modo dramático, durante as invasões e a guerra civil que se seguiram.

Angola está situada na parte ocidental da África Austral, que é, depois da mediterrânica, a região de maior importância do continente. Essa importância advém de possuir recursos humanos mais especializados, do acervo de minerais estratégicos, de sua industrialização e riqueza agrícola. Banhada por dois oceanos, o Atlântico Sul e o Índico, passa por ela, através da *rota do Cabo*, um grande fluxo de petróleo que, do Oriente Médio, abastece o Ocidente. Por sua fronteira norte e ligações históricas e étnicas (o reino do Congo, por exemplo), Angola integra também, de certa forma, a África Central, ou equatorial.

Com 1,2 milhão de quilômetros quadrados de superfície, o país tem uma população relativamente pequena, estimada em pouco mais de dez milhões de habitantes. Devido à guerra, a urbanização passou de cerca de 30% para 68%. Angola é o segundo maior produtor de petróleo da África Subsaariana, logo após a Nigéria, com uma produção diária que ultrapassa os 500 mil barris. Sendo o único setor da economia que vem crescendo desde a independência e que nunca foi atingido pela guerra, a não ser muito recentemente, o petróleo tem constituído em média, nos últimos anos, 40% do PIB, 65% das receitas do Estado e perto de 95% das divisas.

Com uma produção que se aproxima dos dois milhões de quilates, Angola pode retomar o seu antigo lugar de quarto produtor mundial de diamantes. Ainda no campo mineral, o país já foi um bom exportador de ferro, antes da guerra civil, e detém minerais estratégicos ainda inexplorados, como manganês e urânio. Angola possui, junto com o Zaire, o maior potencial hidrelétrico do continente. Também possui uma das zonas mais ricas em pesca do hemisfério Sul, com potencial para, a médio prazo, atingir um milhão de toneladas de pescado (atualmente 330 mil, quando em 1973 atingiu mais de 650 mil).

O setor agrícola é um dos mais ricos do continente, tendo Angola sido quase auto-suficiente em alimentos. Era, até 1974, o quarto produtor mundial de café e o segundo de sisal, bem como o segundo produtor africano de açúcar e de pescado e derivados. Atualmente, a produção de café é de menos de um décimo das 270 mil toneladas do passado. As outras produções estão extremamente reduzidas, incluindo o milho e o feijão, outrora exportados.

No início dos anos 70, o parque industrial angolano, embora modesto, era expressivo no ranking africano. Formado por cerca de quatro mil empresas, com 200 mil empregados, produzia o equivalente a US\$ 600 milhões. Atualmente, Angola possui cerca de 1.800 empresas, das quais 31% são manufatureiras. Cerca de 80% delas estão concentradas nas quatro cidades mais importantes: Luanda, Huambo, Benguela e Lobito. Esta é o segundo porto do país e dela sai a principal ferrovia, que vai até à fronteira com o Zaire.

Apesar da situação de guerra perma-

nente, a economia angolana ainda apresenta o oitavo PIB da África Subsaariana, cujo valor estimado para 1991 era de US\$ 7,9 bilhões, ensejando uma renda *per capita* de US\$ 737. Na formação do PIB, petróleo e diamantes entram com cerca de 55%. O comércio externo, em 1990, apresentava US\$ 3,85 bilhões de exportações e US\$ 1,5 bilhão de importações. Os Estados Unidos compram 60,5% do exportado e os maiores fornecedores são Portugal (26,8%), França (15%) e, até 1990, o Brasil, com 10%. As relações comerciais com o Brasil diminuíram de um total de US\$ 400 milhões em 1988 para pouco mais de US\$ 100 milhões em 1990, devido sobretudo à falta de crédito governamental para as exportações brasileiras.

A guerra consome cada vez mais as receitas do Estado (US\$ 4,5 bilhões, em 1991), chegando atualmente a cerca de 60% do orçamento. A dívida externa está avaliada em cerca de US\$ 7 bilhões, dos quais a metade é com a Rússia, compreendidas as dívidas militar e comercial.

A população angolana é formada por cerca de 90% de pretos, sendo 4% de mestiços e brancos. Essa avaliação é muito subjetiva, pois não há dados oficiais. Entre os estrangeiros, os portugueses, em número de 40 mil, são a comunidade mais numerosa. Cerca de 70% da população pertence aos quatro principais grupos étnico-linguísticos do país, de raiz banto. São eles: os umbundu (língua dos ovimbundu), com perto de 30%; os kimbundu (língua dos mbundu), com 23%; os kikongo (língua dos bakongo), com cerca de 11%; e os quicocos (chokwe-lunda), com perto de 7%.

Com o extraordinário aumento da escolaridade após a independência e o esforço de integração nacional, além dos fatores históricos, o português, além de língua oficial, tornou-se a mais falada no país, atingindo bem mais da metade da população. Em Luanda chega a atingir 85%. Embora grande parte da população continue fiel às religiões tradicionais, mais da metade é cristã (38% católicos e 15% protestantes).

A população angolana se distribui por 18 províncias, que se compõem, no total, de 165 distritos. Em Luanda, vivem perto de 2,5 milhões de habitantes, quase metade dos quais refugiados de guerra. A taxa de crescimento demográfico aumentou de 2,5% na década de 1980 para 3,5%. A taxa de mortalidade infantil, que era já de 137 por mil, elevou-se muito com os últimos conflitos. A guerra também reduziu a taxa de alfabetização, que chegou a quase 30%.

A importância de Angola está muito além do que apontam os poucos indicadores que mencionamos. Este microperfil não deixa, contudo, de nos fazer entrever as potencialidades do país e do seu povo, grande parte já realizadas mesmo em condições adversas de colonialismo e de guerra.

José Maria Nunes Pereira

Prisões de extremistas encobrem medos

PÚBLICO, 28 6 93

Fernando Sousa

A prisão de 21 dos dois mil membros da extrema-direita sul-africana que atacaram o centro de conferências de Kempton Park parece encobrir o medo das autoridades em prender o seu chefe, Eugene Terreblanche. Este liderou a acção, mas Pretória tem "dificuldade" em apurar o seu papel. Os detidos ficarão na prisão entre 48 horas e dez dias.

Vinte e um membros do Movimento de Resistência Afrikaner (AWB, organização que integra várias formações de extrema-direita sul-africana, como a Frente do Povo Afrikaner) foram ontem presos na sequência da invasão e ocupação, na sexta-feira, por neonazis, das instalações onde decorre o diálogo entre 26 formações políticas, que deverá conduzir às eleições multirraciais de Abril do próximo ano.

As primeiras prisões ocorreram de manhã, provocando a ira de vários responsáveis do

AWB, que ameaçaram as autoridades, e as restantes ao fim da tarde, tendo a polícia acusado os detidos de "violência pública, infracção à legislação sobre armas, e injúrias".

A invasão e ocupação, há cinco dias, do Centro de Conferências Internacionais, em Kempton Park, arredores de Joanesburgo, foi participada por dois mil neonazis, 300 deles armados, todos uniformizados, acção liderada pelo chefe do AWB, Eugene Terreblanche, e que incluiu uma camioneta blindada.

Nenhum dos detidos ficará, no entanto, preso mais de 48 horas, podendo em alguns casos a detenção prolongar-se por mais dez dias, nos termos da Secção 29 da Lei de Segurança Interna. De manhã, em Viena, onde se encontra de visita oficial, o Presidente sul-africano, Frederik De Klerk, enalteceu a "eficácia" dos sistema judiciário sul-africano e a "fidelidade" das autoridades às leis em vigor.

Um porta-voz do AWB ameaçou com "violentas represálias" se a polícia "ousar tocar num só cabelo" de Terreblanche, ou de algum dos seus "generais". O mesmo responsável, que classificou a situação de "explosiva", acusou as autoridades de recorrerem à intimidação e anunciou que "milhares de oficiais dos comandos" estão a observar, furiosos, a situação, podendo esta levar "a grandes problemas".

Para o líder do Congresso Nacional Africano (ANC), Nelson Mandela, a reacção das auto-

ridades também deixa a desejar, mas por motivos bem opostos: demoraram demais a prender os atacantes, o que não teria acontecido se os manifestantes fossem do ANC.

"Se tivessem sido dois mil manifestantes do ANC teriam sido todos presos", afirmou o porta-voz da organização nacionalista negra, Ronnie Mamoepa, acusando de cumplicidade material o chefe do Partido Conservador, Feri Hartember, e rejeitando o argumento do porta-voz da polícia, major Ruben Bloomberg, segundo o qual as autoridades quiseram "evitar um banho de sangue".

Declarações de vários responsáveis das forças de segurança sul-africanas parecem manifestar o seu medo dos extremistas. Desde aquela onde se diz que as investigações assentam na análise de vídeos para a posterior identificação dos criminosos, até à do comandante da polícia, general Van der Merwe, segundo o qual "é muito difícil" apurar o papel exacto de Terreblanche nos acontecimentos, as autoridades parecem evitar tomar medidas.

Interrogado sobre a falta de firmeza da polícia na repressão dos desordeiros de Kempton Park, Frederik De Klerk, reconheceu que o facto de existirem "algumas simpatias nos meios da polícia não significam que haja um apoio real". Mas as agências referiram ontem a falta presença de antigos comandantes das forças armadas entre os desordeiros de Kempton

Park, como o general Constand Viljoen, que chegou até a avisar o Governo contra quaisquer cedências ao ANC.

Mas a orgia de violência sul-africana não ficou pelos incidentes de sexta-feira, prolongando-se por todo o fim de semana, com a morte de 22 pessoas no chamado Triângulo do Vaal, e o cerco, por neonazis, da cidade negra de Koppies, no Estado Livre de Orange.

Ontem, em Sebokeng, cenário do massacre, em 18 de Abril, de 23 pessoas, quatro negros que circulavam num automóvel dispararam indiscriminadamente sobre um grupo de pessoas, matando 12, em Evaton, outra das "townships" de Joanesburgo, desconhecidos mataram dez pessoas, seis das quais membros de uma família que viu a casa invadida, à noite, por homens armados.

Em Koppies, a situação era tensa ontem ao fim da tarde, com mais de uma centena de elementos da AWB, armados, a impedirem, desde a madrugada, a saída e o acesso de negros à cidade. Responsáveis locais da polícia, que explicou a acção como uma resposta dos sitiantes contra uma ordem de boicote decretada pelo Congresso Nacional Africano contra o comércio branco, estavam reunidos com elementos do ANC para tentar desbloquear a situação. ■

África do Sul

ANC convoca jornada de defesa da democracia

O CONGRESSO Nacional Africano (ANC) convocou para hoje uma jornada de protesto, que inclui uma greve regional, para além de manifestações e piquetes junto a esquadrões de polícia, em resposta ao assalto, na sexta-feira passada, do local onde decorrem as negociações sobre o futuro político da África do Sul.

"Uma jornada de acção em defesa da democracia" é o tema de uma série de iniciativas organizadas pelo principal movimento de oposição negro sul-africano, na sequência da invasão do World Trade Center, arredores

de Joanesburgo, por mais de dois mil membros do Movimento de Resistência Afrikaner (AWB), 300 deles armados, acção perante a qual as autoridades manifestaram pulso fraco na perseguição dos da "guarda de ferro" liderada pelo dirigente neonazi Eugene Terre Blanche.

O ANC reprova ao Governo a "inaptidão ou falta de vontade" de defender o processo de transição pacífica para a democracia. Pretória deteve, até ontem, 34 indivíduos do AWB, com carácter provisório de dois a dez dias. Entretanto, Terre

Blanche avisou que os seus partidários se preparam "para a guerra que o Partido Comunista e o ANC já declararam".

Ontem, uma outra organização de negros, o Congresso Panafricano (PAC), realizou nas imediações do centro de conferências internacionais uma manifestação com o mesmo objectivo da jornada que o ANC marcou para hoje.

Neste ambiente de tensão político-social, os negociadores das 26 formações políticas que participam na conferência de Kempton

Park voltaram a reunir-se, esperando concordar, até amanhã, com uma data definitiva para as primeiras eleições multirraciais do país. Um compromisso provisório aponta para 27 de Abril do próximo ano.

As negociações continuam ao mesmo tempo que a violência. Nove pessoas foram ontem mortas em dois bairros negros, nos subúrbios de Joanesburgo. Nove mil pessoas morreram nos últimos três anos na sequência de confrontos político-raciais. ■

PÚBLICO, 1 7 93

Vitória federalista

APESAR das circunstâncias hostis à tranquilidade dos trabalhos, as 26 formações político-partidárias sul-africanas encarregadas de projectar o futuro constitucional do país poderão concordar hoje na data definitiva das primeiras eleições multirraciais da África do Sul, em princípio agendadas para o dia 27 de Abril de 1994.

Se tudo correr bem, de acordo com os acordos já conseguidos quarta-feira, quando 22 dos 26 partidos se manifestaram favoráveis ao processo conducente a uma Constituição pós-apartheid, ou seja, a uma lei fundamental para um período de transição, esta começará a ser redigida já na próxima semana por um corpo de especialistas.

Entre outras estipulações, o novo diploma consagrará, a título provisório, os poderes das novas regiões, cujo traçado terá no

PÚBLICO, 27 93

entanto de ser acordado até ao escrutínio. Mas tanto este como outros espinhosos assuntos ficarão dependentes das deliberações dos constituintes da futura assembleia saída do concurso.

Em Washington, onde se encontra para assistir às comemorações do 4 de Julho, o Presidente Frederik de Klerk assinalou de alguma maneira a vitória da corrente federalista nas negociações de Kempton Park, arredores de Joanesburgo, onde decorrem os trabalhos, afirmando que "haverá fundamentalmente um sistema federal na África do Sul" e que o seu partido (Partido Nacional, no poder) "apoiará firmemente essa política". Foi a resposta às ameaças de abandono das reuniões por parte dos conservadores liderados por Feroz Hartember e de outras oriundas da extrema-direita, designadamente do Movimento de Resis-

tência Afrikaner, de Eugene Terre-Blanche, que chegou a promover guerra aberta.

Observadores em Joanesburgo notaram ontem que foi a primeira vez que De Klerk aceitou publicamente o princípio de um sistema federal, apresentando-o como um "princípio fundamental", permitindo evitar a trágica balkanização do país.

Continuavam ontem, no entanto, por definir os princípios constitucionais que ligarão os futuros eleitos e sobre as instituições que funcionarão neste espaço de tempo: uma comissão eleitoral, outra incumbida de assegurar a independência dos órgãos de comunicação social, e outra ainda sobre um "Conselho Executivo de Transição", encarregado de estudar a outorga às organizações negras o direito de vigiar a condução dos assuntos do Estado.

Quanto à tensão em que têm decorrido os trabalhos participados por 208 delegados,

uma semana depois de dois mil neonazis, 300 dos quais armados, terem invadido e ocupado o centro de conferências internacionais com o auxílio de um blindado, ela não conheceu ontem um substancial agravamento, apesar do aumento, tragicamente rotineiro, do número de mortes, que foram 67 nos últimos sete dias.

Tal como a manifestação convocada para quarta-feira, em Kempton Park, pelo Partido Pan-africano, para protestar contra o assalto ao centro, também a jornada de protesto do Congresso Nacional Africano, ontem, não redundou em maior violência. A maior parte das empresas tinha avisado os seus empregados de que o salário do dia não lhes seria pago caso faltassem, o que terá afastado muitos das manifestações, das greves e dos piquetes. Assim, a jornada só foi parcialmente seguida nos arredores de Joanesburgo. ■

Fernando Sousa

Eleições a 27 de Abril de 1994

PÚBLICO, 3 7 93

AS PRIMEIRAS eleições multirraciais na África do Sul foram ontem marcadas para o dia 27 de Abril de 1994 pelos participantes nas negociações para a democracia no país. A data foi aprovada pelo Governo da minoria branca, pelo Congresso Nacional Africano (ANC) e pelos seus aliados, enquanto o principal rival do ANC, o grupo zulu Inkhata, e os militantes brancos de extrema-direita manifestaram imediatamente o seu desacordo.

A extrema-direita ameaçou mesmo lançar uma campanha de desobediência civil para impedir o processo de democratização. Segundo informações publicadas ontem em dois jornais liberais, o "Weekly Mail" e o "New Nation", a campanha prevê a sabotagem da produção industrial, a interrupção dos fornecimentos de energia em certas zonas, a formação de "um Governo no Governo" e o boicote dos impostos e taxas de televisão. Um porta-voz da polícia afirmou que as forças da ordem

estão já a preparar-se para impedir esta campanha.

Eugene Terre-Blanche, líder do movimento neonazi AWB, considerou "ilegal" a marcação da data das eleições e avisou que "navios se afundarão pelo caminho". "É ilegal... um método para retirar às nações mais pequenas o direito de se governarem a si próprias. Não tomaremos parte nisso", disse. "Se for necessário lutar e ter uma guerra, sem dúvida que escolheremos a guerra para sermos livres e independentes em nome de Deus."

O Inkhata não se opõe à ideia de eleições, mas não concorda com o facto da data ser marcada antes de estar pronto o projecto de Constituição para o período de transição.

Mas, apesar da oposição destes movimentos — que, juntamente com os representantes de alguns bantustões (territórios negros) que também se opõem às eleições, constituem o Grupo dos Sul-Africanos Inquietos — o Governo do Presi-

dente Frederik De Klerk tem todo o interesse em fazer avançar o processo de democratização o mais depressa possível.

O dirigente do ANC Nelson Mandela, que se encontra nos EUA, declarou na quinta-feira que as sanções internacionais contra Pretória (com excepção das relativas ao petróleo e armamento) poderão ser levantadas dentro de três semanas, se tudo correr bem. O próprio De Klerk, também nos Estados Unidos, mostrou-se optimista ao afirmar que o seu país poderá receber 850 milhões de dólares do Fundo Monetário Internacional (FMI) já em Novembro. As sanções financeiras, nomeadamente as que impedem o acesso ao FMI e ao Banco Mundial, têm sido as mais prejudiciais para a África do Sul.

Um acordo sobre um Conselho Executivo Transitório multirracial, que deverá funcionar até às eleições, é a única condição imposta por Nelson Mandela que falta cumprir para que o

líder do ANC concorde com o levantamento das sanções. Este Conselho, cujos poderes não foram ainda definidos, permitirá à população negra participar na gestão do país, particularmente no que diz respeito à "gestão" das forças da ordem.

Durante as próximas semanas, os negociadores sul-africanos deverão tentar chegar a consenso sobre algumas das questões que ainda estão em aberto, como a da adopção de uma Constituição para o período de transição. Segundo a France Presse, é possível que as eleições se possam realizar antes de 27 de Abril, se houver um acordo rápido sobre estes pontos.

Esta Constituição será elaborada por um comité técnico e submetida à aprovação dos negociadores em meados de Agosto. Ao mesmo tempo, será constituída uma comissão independente encarregue de preparar as eleições e uma outra destinada a garantir a independência da comunicação social. ■

África do Sul abandona foguetões

PÚBLICO, 27 93

A ÁFRICA do Sul vai abandonar o seu programa de desenvolvimento de foguetões espaciais capazes de colocar satélites em órbita. O anúncio foi feito antontem pelo ministro sul-africano dos Negócios Estrangeiros, Pik Botha, nas vésperas da visita que o presidente da África do Sul, F. W. de Klerk, realiza a Washington. O programa

de foguetões estava a ser levado a cabo pela empresa de armamento Denel — maioritariamente controlada pelo Estado — e tinha dado origem a fricções com os países ocidentais que acusavam a África do Sul de investir nos lançadores espaciais apenas para poder controlar a tecnologia aparentada dos mísseis balísticos intercontinentais.

A razão apresentada pela Denel para abandonar o seu programa foi porém o facto de ser possível encontrar no mercado internacional lançadores de baixo preço, não se justificando assim o fabrico doméstico destes aparelhos. A África do Sul tenciona porém continuar a produzir e a comercializar os seus satélites de órbita baixa e pensa

alugar a fabricantes de armas estrangeiros o seu campo de tiro em Hanglip, perto da Cidade do Cabo, onde já foram realizados dois tiros de foguetões experimentais. O governo sul-africano não revelou o total dos investimentos feitos até aqui no programa de foguetões. ■



vozes em português

Pepetela*

O canto do matricinde

PÚBLICO, 20 6 93

Na minha meninice, Benguela apresentava vastas zonas despovoadas na periferia, onde por vezes havia capim. E digo por vezes pois, quando as chuvas não vinham, nem capim crescia. Uma zona particularmente visitada por mim eram os morros quase calvos do Sul, onde se acabou por construir mais tarde o aeroporto do Dokota, por iniciativa e financiamento dos habitantes.

A importância da terra há muito justificava a existência do dito, mas o Governo salazarista tinha votado a cidade ao ostracismo, por ter cometido o sacrilégio de votar na oposição. A bofetada com luva foi a população não esperar pela esmola governamental e fazer mesmo o aeroporto. Nesse sítio do futuro aeroporto havia matricindes. Aí e noutros terrenos livres, pois parece que matricinde precisa de espaço para viver.

Estranhos insectos de pernas compridas, de corpo maciço e das mais variadas cores, mas sempre com forte brilho metálico. Pelo aspecto, deve ser espécie anterior aos dinossauros. O nome até acabou por servir de alcunha a um guarda-redes de futebol só por ser alto e fino (dizem as más-línguas que desajeitado também). O matricinde gostava de subir por uma haste de capim até a dobrar com o seu peso e daí passar para a base de outra haste, voltar a subir por ela, dobrá-la, até... Era o principal meio de locomoção, muito próximo do de Tarzan, o qual saltava de liana em liana. Era pelo menos essa a ligação que eu fazia, durante horas deitado no chão a observar.

Apanhávamos alguns deleg, o que não oferecia dificuldade nenhuma, pois eram muito lentos e absolutamente pacíficos. Se chiavam muito não era por agressividade, mas certamente serrando cânticos de amor. Escolhíamos cada um de cor diferente, que depois fechávamos em gaiolas de bimba, uma espécie de bordão muito grosso e esponjoso, quase mais leve que o ar.

Não me lembro do que acontecia com os dos outros, mas os meus resistiam muito pouco tempo ao cativeiro. Por muito capim que pusesse na gaiola, deixavam imediatamente de chiar e poucos dias depois estavam mortos. Até desisti, provavelmente por algum vago pendor ecologista (conceito e palavra absolutamente desconhecidos na época pelo menos em Benguela, tão afastada dos sítios onde se inventam essas coisas).

Nunca vi matricindes em nenhum sítio de Angola ou do mundo. Pode ser só ignorância minha e que alguém vá reagir e dizer "na minha terra também tem e na terra de fulano também", etc. Tudo bem. Eu nunca vi em nenhum outro lugar e por isso, cá bem no íntimo, acho que matricinde é para Benguela o que a planta *Welwitschia Mirabilis* é para o Namibe: só há ali e assunto encerrado. Se aparecer alguém com provas, fotografias, relatórios de especialistas, tudo o necessário para mostrar que não é verdade a minha ideia, direi "está bem, aceito", mas lá bem no fundo vou sempre pensar que os outros serão imitações baratas dos nos-

sos matricindes.

Já me disseram que no Lobito também existiam, mas nunca me mostraram os de lá. Conhecida a rivalidade entre as duas cidades vizinhas, não é difícil imaginar que os lobitangas, mais uma vez defraudados por não terem o que Benguela tem, lançaram o mujimbo só para enfraquecer a nossa liderança regional. Os luanenses, por uma vez aceitando com humildade a sua derrota, nunca tentaram provar que na zona de Luanda há dez mil anos atrás também existiam (é, caluanda é assim, se não tiver argumentos até os vai buscar à arqueologia).

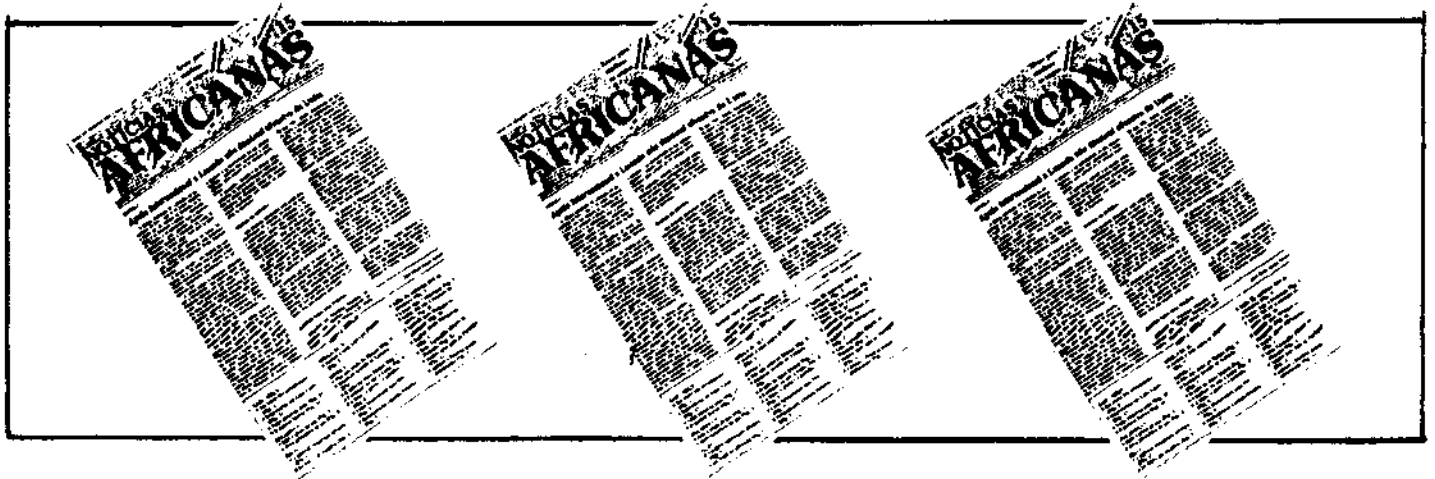
O grande problema é que os matricindes desapareceram de Benguela. Pelo menos foi o que me informaram das últimas vezes que lá estive, pois pergunto sempre por eles aos amigos. Alguém me disse que exactamente nos morros do aeroporto, do lado de lá da pista, ainda há. Os meus amigos já não têm idade para andar pelos morros à procura dos bichos e os filhos deles cresceram em ambiente urbano e acham malaicas essas preocupações. Por isso fico sem saber se é espécie em extinção.

De qualquer modo, há que tomar medidas. E se for necessário, criamos uma área protegida só para defender os matricindes. Esta minha proposta pode parecer absurda nesta onda de "Vamos salvar Luanda", operação lançada pelo governo provincial da capital para tentar fazer que os buracos das ruas tenham algum asfalto por cima. Mas como acho que Luanda só se salva se primeiro se salvar Benguela e as outras Benguelas todas; e como sem matricindes Benguela deixa de ser a própria... A proposta passa a ter consistência de cimento.

Benguela é a cidade do mar, da Caotinha até ao Lobito, é a cidade das acácias e do Cavaco, é a cidade da civilização dos quintalões, dos sape-sape e das goiabas, sim, é isso e muito mais. Mas para mim é a cidade dos matricindes. Para o poeta e cronista Ernesto Lara também, pois até publicou um livro de poemas com o sugestivo nome de "O Canto do Matricinde". Temos de confessar que o título exigiu muito boa vontade, pois o canto do dito insecto é um desafinanco constante, um chiado de chave de fendas a escarafunchar numa chavena de alumínio. Valeu a intenção amiga do Ernesto.

Voltando ao pensamento anterior, atropelado pela lembrança saudosa do vate do Cavaco: se for preciso, lançamos subscrição universal e criamos a zona protegida para os matricindes. Como já perdemos a vergonha e só sabemos pedinchar ajuda internacional para resolver os problemas que nós criamos, será mais um apelo às boas alminhas. Para uma causa justa, a de salvar uma espécie em extinção, herbívora (que não sabe matar os semelhantes, portanto), que nunca criou escudos de defesa e... talvez por isso, está mesmo em extinção. Oh, mundo cão! ■

* escritor angolano



África do Sul

Mandela adia levantamento de sanções

PÚBLICO, 4 7 93

O LÍDER do ANC, Nelson Mandela, declarou na sexta-feira, em Washington, que só recomendará o levantamento das sanções comerciais impostas à África do Sul depois da constituição de um Conselho Executivo de Transição (CET), já com a participação de representantes negros, que governará o país até às eleições.

Mandela falava numa conferência de imprensa realizada na sede da organização negra americana Trans Africa, depois de ter sido anunciado o acordo quanto à data das futuras eleições sul-africanas, as primeiras onde a maioria negra poderá votar. A escolha da data — 27 de Abril de 1994 — não é por si só suficiente para permitir o levantamento das sanções, afirmou Mandela. Prevê-se que o CET seja constituído nas próximas semanas.

O dirigente do ANC lamentou que o partido zulu Inkhata e a extrema-direita branca se tenham retirado das negociações para a democratização do país, e

se oponham à marcação da data do escrutínio, mas prometeu fazer todo o possível para que estes partidos venham a participar no processo eleitoral.

Nelson Mandela e o Presidente sul-africano Frederik de Klerk foram recebidos em separado, sexta-feira, pelo Presidente norte-americano Bill Clinton. Estava prevista uma sessão fotográfica que juntaria os três mas que acabou por não se realizar, aparentemente devido à oposição manifestada pelo líder negro. Um responsável da Administração americana, citado pela France Presse, assegurou, diplomaticamente, que a sessão não tinha sido confirmada e que a Casa Branca cometera um erro ao anunciá-la. Mandela, interrogado pelos jornalistas, deu uma explicação mais prosaica: não há máquina fotográfica, disse.

De Klerk declarou-se encantado com a recepção oferecida por Clinton e sublinhou o desejo do seu país voltar a fazer parte da

comunidade económica internacional depois de anos de isolamento. O chefe de Estado sul-africano manifestou também a esperança de que nas próximas semanas se registem progressos suficientes para permitir a abolição das sanções que ainda estão em vigor.

O anterior Presidente dos EUA, George Bush, tinha já decretado o levantamento de algumas sanções por considerar que se estavam a registar progressos no processo de democratização da África do Sul. Um grupo de senadores está neste momento preparado para, assim que Nelson Mandela considerar que chegou a altura certa, decretar a abolição das restantes sanções. Isso permitirá, entre outras coisas, que o Fundo Monetário Internacional faça empréstimos a Pretória e, segundo De Klerk, o FMI deverá emprestar 850 milhões de dólares assim que tiver autorização para o fazer.

Depois dos encontros com

Mandela e De Klerk, Clinton expressou o desejo de que os EUA possam ser "um parceiro na construção da democracia na África do Sul", anunciando que vai pressionar os dirigentes mundiais que estarão presentes na cimeira do Grupo dos Sete (G7), na próxima semana em Tóquio, para a "reintegração da África do Sul na economia mundial".

O líder do ANC e o Presidente sul-africano foram também recebidos separadamente pelo secretário de Estado norte-americano, Warren Christopher. No final do encontro de meia-hora, De Klerk mostrou-se, mais uma vez, optimista. "E apenas uma questão de tempo. As sanções vão acabar", declarou.

Quanto à criação do Comité Executivo Transitório, exigida por Mandela, foi já acordado que um grupo de peritos deverá elaborar a legislação necessária. "Podemos dizer com segurança que no final de Agosto, ou até possivelmente em meados de Agosto, teremos um acordo com o qual nos poderemos comprometer", disse Cyril Ramaphosa, o representante do ANC nas negociações. ■

Cento e quinze portugueses já estão em S. Tomé

Segundo voo aguarda luz verde da UNITA

PÚBLICO, 25 6 93

"ESTÁ TUDO mal, está tudo péssimo." Cristoph Harnisch, o jovem delegado do Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV) que coordena a operação de evacuação dos cidadãos estrangeiros no Huambo, caminhava aos círculos na recepção da sede da Cruz Vermelha local. Aguardava com ansiedade instruções de Genebra e as mãos nos bolsos denunciavam o nervosismo que o agitava. Quando o PÚBLICO o interpelou, sorriu, aparentemente com candura. Na verdade, estava profundamente triste e reprimia uma grande frustração.

Naquela altura, era já mais ou menos do domínio público, que a escala de cerca de duas horas em Luanda — devido a uma avaria no motor, que começara a verter óleo, segundo Harnisch — tinha enfurecido literalmente a UNITA, que acusou o MPLA de ter perpetrado "mais um golpe baixo". Os planos iniciais previam que o Hercules C-130 da Transafrik, uma companhia ligada à exploração de diamantes em Angola, voasse directamente do Huambo para São Tomé. Afinal, foi a bordo de um Boeing 727 da mesma companhia que os cento e quinze portugueses — entre os quais, 55 crianças e adolescentes e alguns idosos — e cinco brasileiros hoje evacuados do Huambo, viajaram para São Tomé.

Enquanto se efectuava o

transbordo, em Luanda, os cento e vinte evacuados ficaram isolados, não lhes tendo sido permitido contactar ninguém — precauções do CICV, confirmadas por Cristoph Harnisch, cuja missão é acompanhar os evacuados até São Tomé. A partir daí, a responsabilidade passa para as mãos da embaixada de Portugal.

Eugénio Anacoreta Correia, embaixador em São Tomé e Príncipe, mobilizou todo o pessoal diplomático e consular e colocou os telefones da embaixada à disposição de todos aqueles que quisessem contactar familiares em Portugal. Quando se deslocou às residências da Transafrik, a caminho do aeroporto, onde grande parte dos evacuados ficou alojada, Anacoreta Correia não ocultava uma certa preocupação: dizer àqueles homens e mulheres, cujos rostos evidenciavam as marcas de meses de tensão e de ansiedade, que, ao contrário do que estivera inicialmente previsto, os restantes cento e trinta que permaneciam no Huambo não se lhes iriam juntar no regresso a Portugal. Essa foi, aliás, a preocupação dominante dos poucos que se dispuseram a prestar declarações.

Maria José Gerardo, médica veterinária, de quarenta e sete anos, mãe de dois adolescentes, falou com uma mescla de tristeza, resignação, saudade e muita fadiga. Uma fadiga que se infiltrava na voz e nos gestos, no sorriso e

UNITA captura central de Cambambe

PÚBLICO, 25 6 93

A UNITA anunciou ontem ter capturado uma importante base militar situada junto à central hidroeléctrica de Cambambe, que fornece electricidade a Luanda. De acordo com um comunicado emitido pela rádio Vorgan, órgão oficial da UNITA captado em São Tomé, as tropas do movimento de Jonas Savimbi ocupam, desde sexta-feira, o posto de comando das tropas governamentais de Dangeia-Menha, 200 quilómetros a sudeste da capital angolana. Segundo a Vorgan, nove soldados das forças leais ao Governo foram mortos durante o ataque. A confirmar-se, a captura de Dangeia-Manha isola as forças governamentais em Ndalatando, a capital da província do Kwanza Norte. A rádio da UNITA disse ainda que as tropas de Savimbi estão a avançar para Luanda, estando neste momento em vias de lançar um ataque ao Caxito, capital da província de Bengo, a 60 quilómetros da capital. ■

nas recordações: "Vivi em Angola antes de 1975. Foi lá que tirei o curso de Veterinária. Em 1975, tive de partir, perdi o bebé que esperava. Nada tenho a dizer das pessoas e gostava daquela terra. Mas não regressarei ao Huambo nunca mais. Duvido mesmo que volte um dia a Angola."

Como é que foram estes meses todos? Maria José sorri: "Não tenho razões de queixa das autoridades, nunca fui maltratada, fazia a minha vida normal naquela cidade destruída pela guerra. A guerra é igual em todo o lado." Confirma que mantiveram três encontros com as autoridades do Huambo, mas escusa-se a dizer se foram de algum modo pressionados ou intimidados: "Foi apenas para discutir algumas formalidades relacionadas com a nossa partida".

Cristoph Harnisch já afirma-

ra, entretanto, que, contrariamente ao que diziam alguns rumores postos a circular, a UNITA não exigira qualquer declaração. O que o CICV pediu a todos — e é um procedimento normal nestas circunstâncias, disse Harnisch — foi um certificado, no qual todos e cada um declararam que deixavam o Huambo de livre vontade, sob os auspícios da Cruz Vermelha Internacional. O certificado de Maria José Gerardo incluía os dois filhos e o marido, Luís Gerardo, projectista industrial, um homem de meia idade, de cabelos grisalhos a dar para o branco e que ostentava um ar profundamente ensimesmado, distante.

Todavia, o último dos encontros com a UNITA decorreu na quarta-feira passada e a ele este-

Continua na pág. 7

Dirigente do movimento de Savimbi ao PÚBLICO

“A UNITA está a fazer um favor a Portugal”

PÚBLICO, 28 6 93

“ESTAMOS a fazer um favor a Portugal, a perder dinheiro para que os portugueses saiam do Huambo”, disse ontem ao PÚBLICO João Vakienne, responsável do movimento de Jonas Savimbi que, na Suíça, está encarregado de tratar, com a Cruz Vermelha, da operação de repatriamento. Vakienne escusou-se a avançar com uma data para a saída do segundo voo do Huambo, mas acrescentou que a Cruz Vermelha retomará hoje as diligências junto do Governo angolano, para que ele se possa iniciar.

Depois de a organização hu-

manitária entregar o plano de voo e uma vez obtida a luz verde de Luanda, a UNITA dará autorização imediata para o embarque do segundo grupo de portugueses. Se tudo correr sem percalços, isso poderá acontecer na quarta ou quinta-feira.

O mesmo responsável diz que a companhia aérea contratada pela Cruz Vermelha deve “dar garantias de que o avião pode voar” de Luanda para o Huambo e daqui para São Tomé sem qualquer avaria, para evitar a aterragem forçada em Luanda e respectivo transbor-

do, como aconteceu com o primeiro avião.

Vakienne recusou ainda as acusações, feitas por alguns dos primeiros refugiados portugueses à chegada a São Tomé e, depois, a Lisboa, de que a UNITA lhes teria dito para se calarem. “Isso é cobardia, porque no Huambo não disseram nada e agora é que vêm com acusações. Nós não vamos impedir ninguém de falar, muito menos os portugueses. Se quiserem pintar uma história, que a pintem, mas ninguém os impediu de falar.” ■

António Marujo

Continuação da pág. 6

Segundo voo aguarda luz verde da UNITA

ve presente o general Ben-Ben. E, ao que o PÚBLICO apurou, os portugueses terão sido aconselhados a não fazerem declarações desfavoráveis ao movimento de Jonas Savimbi.

Esperança de regressar

Outros continuam, porém, a acalentar a ideia do regresso. “Logo que as coisas se normalizem”, diz um homem de meia idade, confessando desde logo: “Não sei viver fora daquela terra.”

“O que é preciso é que venham os outros, os que ficaram lá e querem sair.” Vitor Cavaco tem o ar rijo e calejado de quem nunca virou as costas ao trabalho. Foi um dos principais batalhadores pela evacuação, mas diz que só fa-

lará quando o seu colega e amigo, que lutou com ele para que ali estivessem, se encontrasse ali ao seu lado, em S. Tomé: “Esteja descansada que, quando o vir, dou-lhe a entrevista, com certeza.” O embaixador Anacoreta Correia olha para a mulher, a seu lado, e ambos baixam a cabeça. Meia hora depois, na embaixada, será preciso dizer-lhe que o amigo não o acompanhará no regresso a Portugal. Quando se lhe juntará, ninguém sabe ao certo.

Entretanto, em Lisboa, o Governo acompanhou durante todo o dia a operação de repatriamento e, ontem à tarde, uma fonte oficial adiantava à Lusa esperar que esta “seja concluída brevemente com a saída de todos dos portugueses que desejarem sair do

Huambo”. Ao todo, 120 pessoas chegaram a S. Tomé. A lista oficial de identidades só deverá ser divulgada esta manhã, dependendo da chegada a S. Tomé de pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros e do Serviço de Estrangeiros portugueses.

Aguarda-se a realização, possivelmente hoje, do segundo voo de repatriamento das cerca de 130 pessoas que se supõe estarem à espera de regressar — voo este que, ontem, foi suspenso por alegada falta de tempo, segundo a Cruz Vermelha em Genebra. Entre os que aguardam o regresso, encontra-se um doente em cadeira de rodas que foi excluído do primeiro voo por decisão da UNITA, responsável pelos critérios de embarque. ■

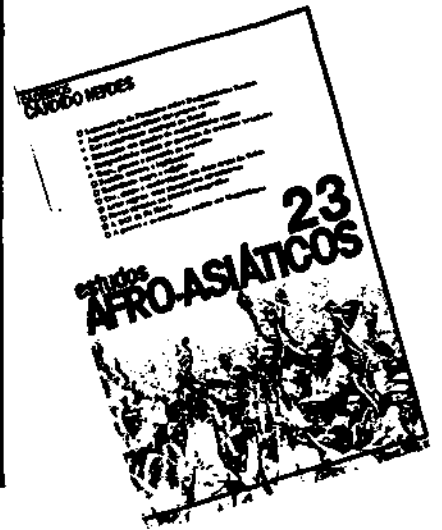
Conceição Lima, em S. Tomé

Butros-Ghali ataca UNITA

O SECRETÁRIO-GERAL das Nações Unidas, Butros-Ghali, condenou ontem violentamente a UNITA no discurso que proferiu na sessão inaugural da cimeira da OUA, por o movimento de Jonas Savimbi não ter aceite os resultados das eleições supervisionadas pela organização em Angola. Butros-Ghali acusou o movimento rebelde angolano de disparar contra voos humanitários da ONU e de atacar, em todo o país, os trabalhadores das agências internacionais de auxílio.

Num sinal de apoio ao Presidente angolano, o líder do Congresso Nacional Africano, Nelson Mandela, porventura o mais respeitado dos políticos africanos, saudou-o com um abraço caloroso. Abdou Diouf, do Senegal, que ontem terminou o seu mandato de um ano como presidente da OUA, foi também particularmente duro nas palavras com que denunciou o comportamento da UNITA. ■ D.P.

PÚBLICO, 29 6 93



UNITA anuncia mediação do Vaticano

PÚBLICO, 29 6 93

A IGREJA Católica concordou em participar nos esforços de procura de uma solução para a paz em Angola, anunciou ontem a Vorgan, a rádio oficial da UNITA.

Segundo a emissora, citada pela agência Reuter, o Vaticano terá respondido favoravelmente ao pedido de mediação formulado pelo responsável da UNITA para a Informação, Jorge Valentim, ao próprio Papa, durante a audiência àquele concedida na semana passada.

Jorge Valentim não forneceu quaisquer pormenores sobre a proposta enviada a João Paulo II, incluindo os termos da anunciada mediação. A Igreja Católica desempenhou um papel crucial no encontro de uma solução pacífica para o conflito moçambicano.

A intervenção do Vaticano no processo de pacificação tranquilizaria alguns sectores católicos angolanos preocupados com a situação das populações, nomeadamente no Huambo, onde cinco padres da Arquidiocese da segunda cidade do país manifestaram recentemente a sua apreensão contra insinuações de alinhamento.

Num documento intitulado “Posição da Igreja Católica no Huambo diante da conjuntura política actual em Angola”, a que o PÚBLICO teve acesso, os signatários, todos do Governo da Arquidiocese, consideraram “lamentável e ridícula a campanha orquestrada pelos ‘media’ de Portugal insinuando o divisionismo e o partidismo político no seio da Igreja Católica”.

“Mais ridícula e absurda é a acusação de que o bispado, as igrejas e as comunidades religiosas serviram de refúgio de pessoal e de arsenal de material bélico da UNITA”, sublinha o comunicado.

Sobre a guerra, a Vorgan, que emite a partir da Jamba, anunciou a tomada, no domingo, da localidade de diamantífera de Chingulo, província da Lunda Norte, após seis dias de combates contra forças governamentais alegadamente auxiliadas por “catangueses” (vizinho Zaire) e “descendentes de coloniais portugueses”.

A rádio disse que a batalha terminou com a “pesada derrota do agressor”, formado pelas tropas de José Eduardo dos Santos, “apoiadas por ‘catangueses e descendentes de fubeiros [comerciantes por-

tugueses dos subúrbios e aldeias] colonialistas portugueses contratados por Cavaco Silva”. Acabada a refrega, segundo a Vorgan, “o agressor bateu em retirada de volta para o seu covil”.

Ainda sobre a guerra, e na mesma emissão, a rádio do Gato Negro reivindicou o derrube de um helicóptero governamental, que se despenhou no domingo, nos arredores da pequena cidade de Viana, a menos de 20 quilómetros de Luanda. O aparelho vinha do Dondo, província do Cuanza Norte, quando foi atingido pelos tiros.

As autoridades de Luanda tinham anunciado um acidente com um helicóptero e a morte de três oficiais governamentais, afirmando no entanto desconhecer as causas do desastre. ■ F. S.

CV opta pelo sigilo na operação Huambo Mais portugueses só para o fim-de-semana

PÚBLICO, 29.6.93

A SAÍDA de mais um grupo de estrangeiros da cidade angolana do Huambo, ocupada pela UNITA, só será possível no final desta semana, quinta ou sexta-feira, afirmou ontem um porta-voz do Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV), citado pela Lusa, que defendeu o carácter sigiloso dos preparativos: "Existe neste momento muita informação cruzada e a prestação de quaisquer declarações só poderá atrasar a concretização da evacuação dos estrangeiros que ainda se encontram no Huambo."

O plano do segundo voo a partir do Huambo deverá ter ficado concluído ontem, assim como o relatório onde constam as razões pelas quais o primeiro teve que efectuar uma inesperada — e interdita pela UNITA — escala em Luanda. "Temos tudo pronto para partir, mas o processo burocrático é complicado e carece de autorização da UNITA e da aprovação das autoridades de Angola e São Tomé e Príncipe", informou o elemento do CICV.

Uma fonte oficial angolana garantiu que o Governo do seu país não colocará obstáculos à nova operação de repatriamento, acrescentando que a responsabilidade da sua não realização não cabe às autoridades de Angola.

Por seu lado, a Transafrik — a companhia a que pertencem os aparelhos fretados pela Cruz Vermelha — tem já pronto o relatório que explica a avaria técnica que esteve na origem da escala em Luanda. "Tratou-se de uma avaria num dos motores do aparelho, à qual somos alheios e que acontece frequentemente", sustentou um elemento da companhia. A Transafrik garante que o avião que saiu da capital angola-

na rumo ao Huambo estava "em perfeitas condições técnicas", tendo a avaria sido detectada em pleno voo.

Jardim exige desculpas

Entretanto, o presidente do Governo Regional da Madeira, Alberto João Jardim, exigiu à UNITA que apresente desculpas formais ao primeiro-ministro português, em virtude dos "insultos alarves" que sobre ele lançou. Na sua coluna no "Século de Joanesburgo", um jornal da comunidade portuguesa da África do Sul, Jardim assume-se como apoiante do movimento de Jonas Savimbi "até Bicesse".

Reagindo às declarações do general Ben Ben, da UNITA, em que este questionava a inteligência de Cavaco Silva, ao ponto de "não saber como ele tirou um curso superior", Alberto João Jardim considerou-as "totalmente asquerosas". "Revelam sobretudo uma clara derrapagem no seio daquele movimento, a ponto de muitos de nós, que apoiámos a luta da UNITA antes de Bicesse, nos interrogarmos com a maior indignação e estupefacção", continua Jardim.

O líder do executivo madeirense aponta ainda o "bom exemplo" do MPLA e do Presidente Eduardo dos Santos, "que souberam compreender os ventos da história". E avança com a exigência de "um inequívoco pedido de desculpas". A não ser assim, conclui, será levado a ver que "o dr. Jonas Savimbi perdeu o controlo do seu movimento, estando este desprestigiadamente partilhado ao sabor dos senhores da guerra". ■

EUA 'libertam' material não letal

PÚBLICO, 30.6.93

O EMBARGO de material militar não letal a Angola tem os dias contados e a chamada "opção triplo zero" não deverá durar muito, segundo indicaram ontem fontes diplomáticas. As duas medidas resultam directamente do fracasso da última ronda de negociações entre os beligerantes angolanos.

Joseph Shreiber, um diplomata da embaixada dos Estados Unidos em Angola, citado pela agência Lusa, disse ontem que a decisão de desembargar a venda de material não letal a Angola foi levantada por Washington e que a medida deverá entrar em vigor dentro, talvez, de uma semana, logo que a alteração seja oficialmente publicada nos EUA.

A decisão foi tomada quinta-feira, dia 24 e deverá ser registada nos papéis federais muito brevemente, já que os procedimentos desta natureza levam entre dez a 12 dias. Segundo uma nota dos serviços político-militares do Departamento de Estado, enviada à Lusa pela embaixada dos EUA em Lisboa, a "Secção 126.1 (A)" dos regulamentos sobre o tráfico internacional de armas (ITAR) está a ser emendada de forma a reflectir a nova posição americana.

O texto explica que, para a prossecução desta política, são entendidos como "artigos de defesa não letais" aqueles que não são armas, munições ou outros equipamentos ou materiais "destinados a provocar ferimentos graves ou a morte" de pessoas.

"É para nós gratificante verificar que os Estados Unidos começam a olhar-nos como uma nação independente e com um governo legitimado por eleições livres e justas", comentou o ministro das Relações Exteriores angolano, João Miranda.

O embaixador José Patrício, representante português em Washington, admitiu entretanto ao PÚBLICO que a "opção triplo zero", que proíbe a venda de ar-

mas às duas partes em conflito, venha a ser revogada no próximo encontro dos três países observadores do processo de paz (EUA, Portugal e Rússia), aquando da próxima reunião, provavelmente em Moscovo.

Entretanto, a Vorgan, a emissora oficial da UNITA, congratulou-se ontem com a vitória das forças de Jonas Savimbi contra Chingunfu, provincia da Lunda Norte, o último dos centros diamantíferos da rica região do país que ainda não tinham sido tomados pelos rebeldes angolanos e que agora caiu em seu poder depois de uma batalha de seis dias.

O Presidente José Eduardo dos Santos, um dos oito novos vice-presidentes da Organização de Unidade Africana, eleito segunda-feira para um mandato de um ano, disse aos jornalistas, no Cairo, à margem dos trabalhos da primeira anual da organização, que "a paz é o objectivo a conseguir a qualquer preço" pelo seu executivo.

Eduardo dos Santos disse não ver motivo para se encontrar com Jonas Savimbi, desde que este aceite o diálogo no âmbito dos acordos de paz e das resoluções das Nações Unidas. Aviaou no entanto que vai tentar recolher o máximo de apoios dos países membros da OUA para optimizar as possibilidades de resistência do Governo à UNITA. Os países da Linha da Frente terão já confirmado esse apoio.

Em Roma, fontes da Comunidade de Santo Egidio, que mediu com sucesso a paz em Moçambique, admitiram à agência Reuter a possibilidade da congregação vir a aceitar um encargo idêntico em relação ao conflito angolano. Mas o anúncio avançado pela Vorgan, segunda-feira, segundo a Reuter, de que o próprio Vaticano poderia aceitar a mediação, foi ontem desmentido pela Santa Sé. ■

UNITA critica EUA

PÚBLICO, 1.7.93

O DELEGADO da UNITA em Washington, Jardo Muekalia, considerou "uma contradição com o afirmado apoio dos Estados Unidos aos acordos de Bicesse" a decisão norte-americana de levantar, a partir do dia 2 de Julho, o embargo à venda de material militar não letal a Angola.

Para Muekalia, citado pela agência Lusa, o anúncio do Departamento de Estado contradiz igualmente o apoio de Washington à cláusula "triplo zero", que proíbe a venda de armas a qualquer dos belige-

rantes. "Angola não precisa de mais armas, mas de arrojadas iniciativas e pensamento criativo da parte dos mediadores e observadores que ajudem a criar soluções aceitáveis para todas as partes", disse o delegado de Jonas Savimbi nos EUA.

Foi este mesmo objectivo que exprimiu, ontem, à chegada a Luanda, o novo representante do secretário-geral das Nações Unidas para Angola, Alioune Blondin Baye, o diplomata do Mali que substituiu a britânica Margaret Anstee à

frente da Missão de Verificação da ONU. Anstee, que vinha exprimindo repetidamente a sua frustração pela violação, por parte da UNITA, dos acordos de Bicesse, assinados em 1991, partiu na terça-feira à noite da capital de Angola.

Blondin Baye, que se encontrara na véspera, no Cairo, com Butros Butros-Ghali, disse também que os seus esforços incidirão prioritariamente no lançamento de novas iniciativas, capazes de terminar com o conflito, e na obtenção de um cessar-fogo

entre as forças governamentais e da oposição armada.

Nem vencedores, nem vencidos

"A ONU possui os mecanismos necessários para obrigar as partes a sentarem-se de novo à mesa das negociações e, assim, conseguir a paz para este país", disse o diplomata, que, horas antes, desferira, na capital egípcia,

Continua na pág. 9

Savimbi cada vez mais só

EXPRESSO, 27 93

«SE QUERES a paz, prepara-te para a guerra», diziam os antigos romanos — e esta parece ser cada vez mais a posição dos mediadores e dos países e instituições interessados na solução do conflito angolano.

Posição que deverá encontrar a sua expressão nas conclusões da próxima — e última — reunião da «troika» de observadores dos Acordos de Bicesse que se realizará em Moscovo na quinta-feira.

«É o fim de um ciclo, iniciado em Lisboa. Os Acordos de Bicesse não estão ultrapassados — são hoje unanimemente reconhecidos como a única base para a resolução do conflito — mas já ninguém acredita que a persuasão e as pressões diplomáticas sejam suficientes para obrigar a UNITA a reconhecer os resultados das eleições e a depor as armas», disse ao EXPRESSO o embaixador português António Monteiro, que regressará definitivamente a Lisboa no final deste mês.

A decisão dos Estados Unidos de levantar as limitações às exportações para Angola e a resolução dos chefes de Estados presentes na recente cimeira da Organização dos Estados Africanos (OEA), no Cairo, acabaram de «fechar o cerco» internacional à volta da UNITA.

A deslocação do Presidente José Eduardo dos Santos à capital egípcia suscitou fortes medidas

de segurança e alguma polémica em Luanda numa altura em que a UNITA acentuava a pressão militar em várias frentes.

«O Presidente precisava de sair do país para transmitir uma mensagem de confiança ao eleitorado», disse um membro do secretariado do MPLA, mas os resultados da viagem foram mais importantes do que os efeitos de propaganda interna.

«Pela primeira vez, o Governo angolano goza do apoio unânime dos Estados africanos, que responderam positivamente ao apelo dos países da Linha da Frente», comentou um diplomata ocidental, que salientou a importância do convite do Rei Hassan II de Marrocos a Eduardo dos Santos para fazer escala em Rabat na sua viagem de regresso a Luanda.

O Presidente angolano enviou em sua representação a Marrocos o ministro das Relações Exteriores, Venâncio de Moura. Nelson Mandela foi a estrela da «minicimeira» de Rabat, em que participaram os chefes de Estado da Guiné-Bissau, São Tomé, Ruanda, Libéria e Guiné Conacri. Mandela teceu duras críticas à UNITA e exortou todos os africanos a apoiar o Governo angolano como única via para ajudar a pacificação da África Austral e Hassan II não interveio para defender o seu «velho amigo» Savimbi.

A «ofensiva de charme» da UNITA na Euro-

pa também foi um fracasso. Recebida por funcionários subalternos em Bruxelas, Bona e Roma, a delegação chefiada por Jorge Valentim só teve alguma audiência em Paris, e o Vaticano rejeitou uma eventual mediação da Igreja no conflito angolano. A «embaixada» de Savimbi regressou esta semana a Huambo cancelando as visitas previstas ao Reino Unido, Portugal, Canadá e Estados Unidos.

A primeira reunião entre o novo representante do secretário-geral da ONU em Angola, o maliano Aiyouné Blondin M'Beye, e os três observadores, que teve lugar quinta-feira, em Luanda, reafirmou a «total identidade de pontos de vista» acerca da necessidade de reforçar o papel da ONU, de fazer chegar a ajuda humanitária às populações necessitadas e de levar a UNITA a assinar o protocolo de Abidjan.

Em Moscovo, a «troika» deverá propor medidas de apoio ao Governo angolano e sanções contra a UNITA. «A partir de agora, Savimbi só poderá contar com as próprias forças», disse um diplomata português, considerando não existirem mais limitações jurídicas à cooperação com Luanda, «mesmo no plano militar e mesmo por parte dos EUA».

Nicole Guardiola
com Gustavo Costa em LUANDA

C 130 VOOU PARA MOÇAMBIQUE — Um Hércules C 130 da Força Aérea Portuguesa seguiu ontem para Moçambique e poderá vir a servir, no sábado ou no domingo, para o transporte de São Tomé para Lisboa de mais um grupo de estrangeiros que entretanto sejam retirados do Huambo. Na sua viagem para Maputo, o avião militar português transportou 27 militares moçambicanos, dois cabo-verdianos e seis são-tomenses, que participaram em acções de formação em Portugal, para além de algum material destinado aos portugueses do batalhão de comunicações (BT4) que integra a missão das Nações Unidas em Moçambique (Onumoz). PÚBLICO, 30 6 93

Continuação da pág. 8

UNITA critica EUA

uma solução «sem vencedores nem vencidos».

Outra prioridade da missão de que foi incumbido, segundo Blondin Baye, é o reatamento do auxílio humanitário às populações vítimas da guerra, com o objectivo de minorar o seu sofrimento. A fome e os confrontos matam diariamente mais de mil pessoas, afirmou. «Também neste aspecto as Nações Unidas estão devidamente apetrechadas, com os mecanismos legais necessários para tornar efectiva essa ajuda humanitária», declarou o diplomata maliano.

Guerrilheiros da UNITA terão morto, há uma semana, seis pessoas que circulavam, em duas viaturas, no troço que separa Sumbe e Gabela, segundo uma fonte não oficial, em Luanda, citada pela Lusa. Terá sido o quinto ataque perpetrado pelos guerrilheiros no espaço de um mês, período em que morreram 25 pessoas.

Por outro lado, 35 cidadãos de São Tomé e Príncipe estarão reféns, no Huambo, conforme uma acusação ontem dirigida à UNITA pelo embaixador são-tomense, em Angola. «A UNITA pretende raptar os cidadãos são-tomenses, como fez com os outros, particularmente os portugueses e os brasileiros», queixou-se o representante de São Tomé, José Fret Lau Chong, que pediu a intervenção do Comité Internacional da Cruz Vermelha.

A Marrocos chegou, entretanto, o líder do Congresso Nacional Africano, Nelson Mandela, a maior organização da oposição negra sul-africana, com o propósito de discutir com a Administração marroquina o conflito angolano. «Vim a Marrocos para consultar sua majestade o rei Hassan II sobre a situação em Angola», declarou, à chegada a Rabat, o dirigente do ANC. ■

MAIS PORTUGUESES SAEM HOJE DO HUAMBO — Estava previsto para hoje de manhã o segundo voo para evacuar os portugueses que ainda se encontram no Huambo, depois de tanto a UNITA como o Governo de Luanda terem dado o seu acordo a esta operação. O C-130 fretado pela Cruz Vermelha Internacional deverá partir de Luanda cerca das 8h00 em direcção ao Huambo, onde chegará cerca das 9h30. Do Huambo parte para São Tomé, para ali chegar pelas 15h30, hora local. Caso tudo decorra segundo o que estava previsto, o voo de regresso a Lisboa deverá registar-se amanhã de manhã, com a chegada a Portugal na madrugada de sábado. Na ilha do Sal encontra-se já o C-130 da Força Aérea que partirá para São Tomé logo que seja confirmada a partida do avião de Luanda para o Huambo. Segundo a Cruz Vermelha, encontram-se ainda no Huambo cerca de 200 portugueses que desejam regressar.

PÚBLICO, 17 93

CONSELHO DE SEGURANÇA AVISA A UNITA — O Conselho de Segurança da ONU exprimiu ontem a sua preocupação pela falta de cooperação da UNITA que provocou a paragem do encaminhamento dos auxílios humanitários contra as populações civis vítimas da guerra civil angolana. Juan Yanez-Barnuevo, presidente em exercício daquela instância das Nações Unidas, leu aos jornalistas uma declaração, em nome dos 15 membros do Conselho, pedindo aos rebeldes angolanos que facilitem a chegada das ajudas aos civis. O texto culpa a UNITA dos atrasos da distribuição e avisou a organização de Jonas Savimbi que, se os guerrilheiros não cooperarem com as agências humanitárias, os membros do Conselho de Segurança «abandonarão seriamente a questão». PÚBLICO, 27 93

HUAMBO: RETIRADA RECOMEÇA — A operação de retirada dos estrangeiros que desejam abandonar o Huambo recomeçará amanhã, quinta-feira. O delegado do Comité Internacional da Cruz Vermelha em Luanda, Christophe Harnisch, contactado telefonicamente a partir de Lisboa, disse que a operação decorrerá quinta e sexta-feira, estando prevista a realização de dois voos para transportar até S. Tomé um número indeterminado de portugueses e cidadãos de outras nacionalidades. PÚBLICO, 30 6 93

CUÍTO E MENONGUE SITIADAS — As cidades do Cuíto (ex-Silva Porto) e Menongue (ex-Serpa Pinto) acordaram ontem sob um intenso bombardeamento das artilharias da UNITA, disse a rádio nacional de Angola, citada pela Lusa, que deu conta de vários mortos e do pânico geral da população civil. Sitiada há mais de cinco meses, Cuíto, capital da província do Bié, é quase todas as noites abanada pelos estrondos de armas pesadas ou ligeiras e está isolada, disse a emissora oficial. Menongue, capital da província do Cuando Cubango, está por sua vez sitiada há quatro meses e ficou ontem privada da antena parabólica da Televisão Popular de Angola, disse a mesma fonte, acrescentando que também a sede do MPLA foi destruída. Em ambas as cidades, a penúria alimentar é geral e os habitantes rogam aos rebeldes que permitam o abastecimento de alimentos. E em ambas os mortos estão por contar, disse a emissora. PÚBLICO, 30 6 93

Só 59 pessoas no terceiro voo

PÚBLICO, 3 7 93

UNITA dificultou embarque no Huambo

Conceição Lima
em S. Tomé

A UNITA impediu ontem, no Huambo, com recurso a alguma violência, muitos portugueses de embarcarem no terceiro voo da operação de evacuação que está a ser feita pela Cruz Vermelha Internacional. Assim, só 59 pessoas viajaram para S. Tomé, quando eram esperadas mais de 100.

Contrariando as previsões ontem avançadas por fontes da Cruz Vermelha e da Embaixada de Portugal, apenas 59 pessoas (24 portugueses, um francês e 34 angolanos familiares de portugueses) foram evacuados do Huambo no terceiro voo, ontem chegado a S. Tomé e Príncipe. Na quinta-feira calculava-se em cerca de 100 o número de pessoas que aguardavam para deixar o Huambo neste voo.

O delegado do Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV) em Angola, Christoph Harnisch, começou por justificar a diminuição do número de pessoas com o não cumprimento de formalidades administra-

tivas, tendo acabado depois por admitir que a responsabilidade pela exclusão de um número indeterminado de pessoas (muitas segundo disse) tinha sido da UNITA. Ao que o PÚBLICO conseguiu apurar, essas pessoas terão impedidas de viajar quando já se encontravam no aeroporto, tendo-se registado mesmo cenas de alguma violência. "Quem deve explicar isto é a UNITA", retorquiu o delegado do CICV quando um jornalista lhe perguntou porque razão a falta de documentos foi agora impedimento à evacuação e não em voos anteriores (nas duas viagens anteriores chegaram várias pessoas indocumentadas tendo-se encarregado a embaixada de Portugal das formalidades necessárias à sua entrada em Portugal).

A situação destes e de outros cidadãos estrangeiros que pretendem abandonar o Huambo poderá ficar contudo solucionada na próxima semana, altura em que o CICV projecta levar a cabo uma nova operação de repatriamento. Segundo Christoph Harnisch, os planos desta segunda operação serão submetidos às autoridades do Huambo já na próxima segunda-feira, para evacuar todos aqueles que desejem sair, incluindo santomenses e cabo-verdianos.

Não é, contudo provável, que a operação prevista para a próxima semana venha a

abranger as cerca de 33 famílias portuguesas que permanecem no Menongue e no Cuito em condições de extrema precariedade segundo alguns testemunhos recolhidos pelo PÚBLICO. O delegado do CICV em Angola admite que lhe chegaram rumores sobre a situação destas famílias, certamente dramática, "mas difícil de ser confirmada devido ao isolamento total daquelas zonas".

Há portugueses prisioneiros

Christoph Harnisch confirmou por outro lado saber da existência de portugueses prisioneiros da UNITA no Huambo. Disse que o CICV está preocupado com a sua sorte e que está a estudar o problema, mas não avançou números nem as condições e razões da detenção. Entretanto, só 99 dos 144 evacuados quinta-feira, no segundo voo, deixaram ontem S. Tomé, momentos antes de ter aterrado o terceiro voo, esperando-se que cheguem a Lisboa por volta das 08h00 de hoje.

Os lugares não chegaram para todos e os critérios de selecção deram prioridade aos idosos e crianças, para além de dois missionários que tinham urgência em chegar a Lisboa.

Os 45 que permanecem em S. Tomé aguardando o voo que os levará a Lisboa aparentam estar ligeiramente recuperados da tensão dos últimos dias e da fadiga resultante das precárias condições em que viajaram do Huambo para S. Tomé.

No aeroporto, muitos dos que foram receber o terceiro grupo conversavam entre si e, menos retraídos do que na véspera, dispunham-se a falar dos meses que se seguiram aos 55 dias de guerra que castigaram o Huambo. Mais familiarizados com "a nossa terra de passagem", como dizia um comerciante português que optou por esperar a chegada do terceiro grupo, referindo-se a S. Tomé, caber-lhes-á ajudar os recém-chegados a enfrentar as próximas horas. Tarefa que assumiram voluntariamente apesar da Embaixada de Portugal, a Cruz Vermelha Santomense, as autoridades e as forças armadas locais terem organizado tudo de modo a poupar qualquer esforço a estes homens e mulheres cansados.

Inevitavelmente irão falar "dos que não vieram, dos que ficaram". Uns voluntariamente, de acordo com palavras do delegado do CICV que confirmou haver portugueses que não querem abandonar o Huambo, outros porque não foram abrangidos pelos critérios de selecção definidos pela UNITA. Uma jovem recordava o modo alegadamente desabrido como um alto responsável do movimento de Jonas Savimbi lhe terá perguntado por que razão os estrangeiros tinham vivido no Huambo com o MPLA e pediam o repatriamento logo após a "libertação" da cidade pelas tropas da UNITA. E concluía: "Estou em S. Tomé há apenas algumas horas, mas nunca pensei que me pudesse sentir tão bem num país "ocupado".

Refugiados do Huambo chegaram ontem a Lisboa

PÚBLICO, 4 7 93

O fim de um pesadelo

Eduardo Dâmaso

Chegaram ao aeroporto militar de Figo Maduro felizes e aliviados por pisarem solo português, mas cansados e deprimidos. Estão ainda muito vivas as imagens de um país destruído, da morte de familiares e amigos, de propriedades perdidas, de vidas suspensas por um re-

começo incerto. A partir do zero para a maioria deles.

Foram 99 pessoas, entre as quais 25 crianças, marcadas pela guerra e pela dor de ver a família forçosamente separada que chegaram ontem às 6h50, quase uma hora antes do previsto, ao aeroporto militar de Figo Maduro no avião C-130 da Força Aérea Portuguesa (FAP) que os trans-

portou do Huambo até Lisboa, depois de escala em S. Tomé. Rostos aliviados, mas duros e circunspectos, por pisarem solo português, depois de semanas de espera, com as marcas da guerra ainda vivas e o espectro da incerteza a pairar sobre o voo de regresso.

Todos traziam histórias da guerra que contaram com parcimónia em pequenas frases ou gestos que tentavam exprimir a violência dos episódios que presenciaram, o inferno que deixaram para

trás. As conversas com os jornalistas que os aguardavam foram inevitáveis, mas os refugiados não se mostraram muito saladores porque a maior parte tinha deixado familiares para trás, no Huambo, entregues aos homens do Galo Negro.

"Aquilo por lá está muito bera...", contou um dos repatriados, homem de meia idade, beirão, que deixou para trás dois filhos e um irmão. "Vi muita gente a morrer..." Viajou com uma pequena mala de mão carregada de roupas e de saudades sem fim da terra onde viveu os melhores momentos da sua vida. Há 25 anos que vivia em Angola e agora acalenta dois sonhos: ver a família reunida em Portugal e a paz em Angola, para onde tenciona regressar.

Continua na pág. 11

Terceiro grupo de portugueses chegou do Huambo

UNITA acusada de exercer "chantagem" sobre refugiados

PÚBLICO, 28.6.93

PASSAVAM 25 minutos das 10 da manhã de ontem quando o último Hércules C-130 da Força Aérea Portuguesa (FAP) aterrou no aeroporto militar de Figo Maduro, na Portela de Sacavém, com os últimos 83 portugueses repatriados da cidade angolana de Huambo, que eram acompanhados por três franceses, um espanhol e uma mexicana. Com o voo de ontem terminou a primeira fase da operação de retirada dos estrangeiros da cidade ocupada pelas tropas da UNITA, organizada pela Cruz Vermelha Internacional, e que evacuou 304 portugueses e cidadãos de outras nacionalidades.

O fim desta primeira fase de evacuação de estrangeiros do Huambo foi marcado por acusações de chantagem contra a UNITA produzidas por Manuel Pinto, um dos refugiados que chegaram ontem a Lisboa e membro da comissão que representa os portugueses repatriados.

Entrevistado pela agência Lusa, Manuel Pinto acusa a UNITA de ter exercido "chantagem" sobre os portugueses que residiam no Huambo, levando alguns a não quererem sair de Angola e a ficarem na cidade. "A UNITA continua a fazer a sua chantagem, continua a ameaçar as pessoas dizendo que se saírem de Angola vão perder tudo."

"Há casos de pessoas que vão para o aeroporto e quando regressam por não terem obtido lugar no avião já não têm casa, já foi ocupada", afirmou Manuel Pinto, que desafia "qualquer dirigente da UNITA a desmentir isto".

A situação dos cidadãos cabo-verdianos e são-tomenses que se encontram no Huambo está também a gerar algumas preocupações. Segundo Manuel Pinto, a situação dessas pessoas "é uma incógnita" e acusa a UNITA de os ter interrogado

sobre se "preto também é estrangeiro". "Isso é chantagem!", diz Manuel Pinto.

Para este refugiado, seria muito negativo se a comunidade internacional, que fez pressão para que os portugueses saíssem, "agora abandonasse os cabo-verdianos e os são-tomenses".

Manuel Pinto disse ainda à Lusa que a maior parte dos angolanos residentes no Huambo também quer sair

da cidade. "Há pessoas que vieram com nomes falsos para saírem. Foi a única oportunidade que tiveram".

Para Manuel Pinto a explicação deste estado de espírito generalizado é só uma: "O terror que se espalhou por lá."

A situação alimentar é catastrófica. "Há uma enorme abundância de faltas e a ajuda humanitária é uma gota de água no oceano." A comunidade portuguesa recebeu, no total, um saco de arroz, um saco de açúcar, 100 litros de óleo e cerca de 100 quilos de sabão, o que, segundo Manuel Pinto, "foi algo de extraordinário, porque o resto das pessoas recebeu 200 gramas de sal, e foi as que receberam, ou seja, as que tinham as quotas em dia com a UNITA..."

SABOTADORES DA UNITA REPELIDOS — Um número indeterminado de elementos da UNITA tentou ontem, de madrugada, efectuar acções de sabotagem na localidade de Cacuaco, disse à agência Lusa, em Luanda, uma fonte militar não oficial. O grupo rebelde tentou dinamitar alvos na localidade, mas foi repellido pela polícia nacional. A mesma fonte acrescentou que os atacantes provinham dos arredores do Caxito, capital da província do Bengo, e que tinham por objectivo causar perturbação nos arredores de Luanda. Cacuaco fica a pouco mais de 30 quilómetros da capital de Angola e é ponto de passagem entre esta cidade e Caxito. As forças de segurança não sofreram baixas, mas os guerrilheiros terão levado consigo alguns feridos, disse a fonte da Lusa. A possibilidade de as forças de Jonas Savimbi terem infiltrado agentes em Luanda levou as autoridades a reforçarem, de madrugada, a vigilância. Alguns tiros registados na noite de sábado para domingo não tiveram no entanto nada a ver com aquela preocupação da polícia, que explicou os disparos como "normais" aos fins-de-semana na cidade.

PÚBLICO, 5.7.93

Continuação da pág. 10.

O fim de um pesadelo

"Vi os meus amigos a morrer..."

Nos últimos meses a morte jamais deixou de pairar pelo bairro de João, tal como por toda a cidade, de resto. Ontem de manhã, em Figo Maduro, o seu choro convulso parecia exprimir um misto de felicidade por reencontrar a família, os pais, mas na sua cara percebiam-se esgares de raiva. "Nunca pensei sair de Angola desta maneira... a única coisa que lhe posso mostrar é a dor da minha alma, não tenho palavras para a descrever!". João deu por encerrado o capítulo angolano da sua vida. Depois de 20 anos de labuta, fosse nas terras de uma fazenda na periferia do Lobito ou no pequeno restaurante que agora possuía no Huambo, tinha interiorizado definitivamente a ideia de ficar em Angola. Antes das eleições tudo lhe parecia um sonho. O país a reconciliar-se e a transformar-se na terra prometida, fronteira

de sonhos e oportunidades, que sempre se percebeu que poderia ser. Pouco demorou que tudo se esborçasse e o pesadelo chegasse às portas da sua casa, situada num outro tranquilo bairro, no coração do Huambo. "Vi alguns dos meus amigos e vizinhos serem assassinados sem dó nem piedade, apenas pelo ímpeto do saque...", conta a quem quer ouvir, sem se preocupar em limpar as lágrimas.

Crianças morrem à fome

Um dos testemunhos mais procurados ontem de manhã em Figo Maduro foi o do missionário italiano Enni Peterlini que está em Angola há 40 anos e veio a Portugal por razões de saúde. Dentro de dois meses tenciona regressar ao Huambo. "Neste momento a situação é calma no Huambo, mas a situação das muitas crianças que lá estão é dramática; muitas crianças estão a morrer todos

os dias por falta de alimentos e de medicamentos".

Peterlini diz que as pessoas tentam aguentar a situação o mais possível para não perderem os seus bens. "Os saqueadores organizaram-se numa espécie de movimento e tomam conta de tudo, destruindo as casas, roubando o recheio e, em muitos casos, isso tem acontecido sobre os cadáveres dos proprietários", disse o missionário italiano.

Depois dos abraços, das lágrimas e das palavras de reencontro, os refugiados seguiram para os respectivos destinos. Cerca de 60 foram provisoriamente alojados no Regimento de Infantaria 1, na Carregueira, concelho de Sintra, e os restantes seguiram para as suas casas, ou de familiares.

Os que estão alojados no Regimento de Infantaria 1 e mais 62 que vieram no primeiro voo e estão no Regimento de Comandos da Amadora aguardam a chegada do terceiro voo para poderem unir as famílias. Representam

os principais casos de separação de famílias, feita no Huambo por determinação da UNITA.

Entretanto, ontem de manhã os refugiados eram aguardados em Figo Maduro pelo secretário de estado da Cooperação, Briosa e Gala, que anunciou a realização de um novo voo ao Huambo, na próxima semana, para evacuar todas as pessoas que queiram abandonar a cidade. O próprio delegado do Comité Internacional da Cruz Vermelha em Angola, Christophe Harnisch, inicia segunda-feira novos contactos com a direcção da UNITA para a realização de novos voos para retirar 85 cabo-verdianos, 35 são-tomenses e outros estrangeiros que queiram sair do Huambo.

O terceiro, e último, Hércules C-130 da FAP que transporta portugueses do Huambo para Lisboa é aguardado hoje de madrugada no aeroporto militar de Figo Maduro com 100 passageiros a bordo. ■

EXPRESSO, 2.7.93

Presidente de Cabo Verde ao EXPRESSO

«Não posso ser árbitro e jogador»

Celso Filipe na CIDADE DA PRAIA

O PRESIDENTE de Cabo Verde, António Mascarenhas Monteiro, continua a cultivar uma imagem de «low profile», responsável pelas críticas de vários sectores que o consideram uma «figura apagada» a quem o partido no poder — MPD (Movimento para a Democracia) — reservou um papel meramente «decorativo». Em entrevista ao EXPRESSO, Mascarenhas Monteiro rebate esta imagem e afirma que «o Presidente da República não pode ser, ao mesmo tempo, árbitro e jogador».

Eleito para o cargo por uma esmagadora maioria em Fevereiro de 1991, Mascarenhas Monteiro, admite discordar pontualmente dos partidos políticos cabo-verdianos, mas não quer tornar públicas essas posições. «Há coisas que se devem só pensar e não dizer».

EXPRESSO — A revisão da Constituição cabo-verdiana efectuada o ano passado retirou-lhe uma boa parte dos poderes que possuía. Nestas circunstâncias julga que ainda tem condições para continuar a exercer o seu mandato?

ANTÓNIO MASCARENHAS MONTEIRO — Penso que sim. Até porque os poderes que me foram retirados são aqueles que se utilizam em tempo de crise: foram os poderes de demitir o Governo e dissolver a Assembleia. Quanto ao resto está tudo na mesma. Portanto, continuo a exercer as minhas funções como o fazia em 1991.

EXP. — Quer dizer que não há alterações na sua actuação?

A.M.M. — Não existem mudanças sensíveis em relação ao exercício das minhas funções. Mas se me perguntar se eu entendo que o Presidente devia manter aqueles poderes eu digo que sim, com a finalidade de ter uma maior capacidade de intervenção em tempo de crise.

EXP. — Mas não deixa de ser curioso que o próprio autor do projecto de revisão da Constituição, Wladimir Brito, tenha dito em determinada altura que ele próprio não defendia o parlamentarismo para Cabo Verde...

A.M.M. — Eu não tenho que analisar a leitura que o autor do projecto fez. Eu faço a minha e a posição pública que tomei foi a de contestação da solução encontrada para a revisão da Constituição. Eu fiz as críticas necessárias na altura da elaboração e promulgação da Constituição. Mas ela foi aprovada e o Presidente da República, como guardião da Constituição, deve respeitá-la escrupulosamente.

EXP. — Qual é o seu relacionamento actual com o Governo e, mais particularmente, com o primeiro-ministro Carlos Veiga?

A.M.M. — Cordial, tanto no plano pessoal como institucional.

EXP. — Os poderes que lhe foram retirados não afectaram esse relacionamento...

A.M.M. — Não. Continua o mesmo...

EXP. — Os seus críticos dizem que você é uma «figura apagada» e que, com a nova Constituição, passou a ter funções meramente «decorativas»!

A.M.M. — Um Presidente da República não pode exercer os poderes que não tem. Quando dizem que eu tenho um papel muito apagado, que estou calado e não tomo uma posição sobre as questões candentes da vida nacional, enquanto os dirigentes político-partidários fazem isso, eu respondo à questão muito simplesmente: as funções constitucionais do Presidente da República são muito diferentes das dos líderes dos partidos. O Presidente da República não pode ser, ao mesmo tempo, árbitro e jogador.

EXP. — Considera então que estas acusações são uma tentativa de o pôr em confronto com o Governo?

A.M.M. — Há muitas pessoas que pensam que o Presidente da República deve ser oposição ao Governo, o que não quer dizer que eu tenha de estar de acordo com o Governo em tudo. Longe disso. Contudo a minha atitude não é a de fazer, como alguns gostariam, oposição sistemática ao Governo.

EXP. — Em alguns sectores admite-se que o MPD tem uma estratégia de

«hegemonia democrática» cuja finalidade é a perpetuação deste partido no poder...

A.M.M. — Como eu costumei dizer não compete ao Presidente da República estar a atribuir certificados de boa ou má conduta aos partidos políticos.

EXP. — Mas é um observador atento!

A.M.M. — Sou e tenho as minhas posições pessoais que não posso revelar publicamente, sob pena de me afastar do meu papel de árbitro.

EXP. — Contudo, em países como Portugal, o Presidente da República intervém e assume posições críticas face à governação.

A.M.M. — Eu também intervenho, mas é preciso deixar ao Presidente da República a faculdade de escolher o momento ideal para fazer as suas intervenções. O doutor Mário Soares só faz isso quando julga conveniente. Quanto a mim, penso que não seria oportuno estar a fazer agora apreciações sobre o desempenho do PAICV ou do MPD. Não é que essas questões não me preocupem, mas discuto-as com os líderes dos respectivos partidos. Quando considero que há excessos falo com eles directamente.

EXP. — Coste-se de criticar, mas há quem não tenha a mesma postura em relação a si.

A.M.M. — Os outros podem afirmar o que bem entenderem, mas eu não posso estar a responder às críticas. Eles podem dizer o que quiserem, mas não são Presidentes da República. A minha responsabilidade é diferente e eu tenho um profundo respeito pelo mandato que livremente o povo cabo-verdiano me confiou e até agora penso que tenho cumprido nas minhas obrigações.

EXP. — Qual é a sua relação com o Espaço Democrático, uma organização de natureza política fundada recentemente pelo presidente da Câmara Municipal do Mindelo, Onésimo Silveira?

A.M.M. — Nenhuma, embora tenha amigos no Espaço Democrático (ED). Sou amigo pessoal de longa data de Onésimo Silveira, mas enquanto organização nunca tive qualquer contacto com eles.

EXP. — Diz-se, no entanto, que o ED foi criado especialmente para si!

A.M.M. — Acaba de me dar uma grande novidade. É a primeira vez que oiço esse tipo de interpretação.

EXP. — Está nos seus planos recandidatar-se à Presidência da República de Cabo Verde?

A.M.M. — As eleições só terão lugar daqui a dois anos e meio. Penso que falta ainda muito tempo para me pronunciar sobre a eventualidade da minha recandidatura.

EXP. — Qual é a leitura que faz da situação económica de Cabo Verde e o que é que mudou desde 1991, altura em que foi eleito Presidente da República?

A.M.M. — A nossa situação económica é muito difícil, por razões sobejamente conhecidas. Cabo Verde é um país desprovido de recursos naturais e que tem sido fustigado pela seca. No entanto, as perspectivas não são más e tudo leva a crer que, nos próximos anos, conhecemos algum progresso no plano económico. Isto graças aos investimentos que provavelmente irão ser realizados a curto e a médio prazo. Sobretudo investimentos no domínio da infra-estruturação do país, turismo, pescas e mesmo na área industrial. Nesta óptica não há muitas razões para muito pessimismo, apesar da situação continuar a ser preocupante. Temos uma taxa de desemprego de 26 por cento, que é enorme, e atinge sobretudo a camada jovem.

EXP. — Qual é o balanço que faz das relações entre Portugal e Cabo Verde?

A.M.M. — Excelentes. Portugal é, actualmente, um dos principais parceiros no desenvolvimento de Cabo Verde, quer em termos qualitativos como quantitativos. Os frutos produzidos são bons e é minha convicção que no futuro ainda serão melhores.

Continua na pág. 13

RENAMO detém deputado

PÚBLICO, 30 6 93

A RENAMO detém em seu poder desde quinta-feira passada várias personalidades moçambicanas, entre elas um deputado, numa das suas bases no sul de Moçambique, acusou ontem o governo do Maputo.

Segundo um comunicado governamental, o deputado Aurélio Manhica, o padre presbiteriano Luís Mondlane, bem como um empresário, Crescêncio Manhica, foram detidos na semana passada pela RENAMO em Zitundo, próximo da fronteira com a África do Sul. O grupo teria sido levado para a base de Salamanga, no sul de Moçambique, onde sete polícias teriam sido também detidos pelos movimentos rebeldes.

O governo da Frelimo reclama a libertação imediata e incondicional do grupo, dizendo que a sua detenção "constitui uma violação flagrante dos princípios consagrados na Constituição e reconhecidos pelos acordos de paz (assinados pelas duas partes), quanto

à liberdade de circulação de pessoas e à imunidade parlamentar".

Desde a assinatura em Outubro passado, em Roma, dos acordos de paz que se vive em Moçambique um clima de paz generalizado, com as tréguas a serem respeitadas. Mas a operação de desmobilização dos soldados dos dois grupos, que deveria ter tido lugar logo desde Outubro, ainda nem sequer começou. A RENAMO entende que os acordos estipulam duas zonas administrativas no país, proibindo ao governo o acesso às regiões que controla. Tanto o governo como a ONU ou a mediação italiana entendem que Moçambique deverá ser considerado apenas uma zona administrativa e que a circulação de pessoas deverá ser total por todo o território. O Presidente Joaquim Chissano afirmou ontem no Cairo, à margem da cimeira da OUA, que desejava ver realizadas eleições antes de Outubro de 1994. ●

MOÇAMBIQUE NÃO IMITARA ANGOLA — O Presidente Joaquim Chissano afirmou ontem, em Londres, que Moçambique vai evitar o destino de Angola e não regressará à guerra civil depois das eleições do próximo ano. Discursando no Britain's Institute of International Affairs, Chissano disse que o acordo de paz, assinado em Roma, em 1992, com o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, é suficientemente abrangente para evitar problemas graves. "Não há razão para que aconteça em Moçambique o que se está a passar em Angola", frisou. "O acordo [de paz] é pormenorizado, não há nada ao acaso. Em Angola havia coisas que o acordo não contempla." Chissano garantiu que o seu Governo está a tratar a Renamo como uma organização responsável. "Se eles vencerem as eleições, tudo bem. Se eles perderem as eleições, irão desempenhar um papel no país como oposição, como um partido." O Presidente moçambicano, que tinha ontem uma audiência marcada com o primeiro-ministro britânico, John Major, confirmou que vai conferenciar com Dhlakama, em Maputo, no dia 17 — o primeiro encontro entre os dois líderes desde o acordo de Roma.

PÚBLICO, 1 7 93

Renamo quer fardas novas

A RENAMO não desmobilizará as suas tropas enquanto não receber uniformes novos, disse ontem em Maputo um porta-voz do líder do movimento oposicionista moçambicano, Afonso Dhlakama, em entrevista ao jornal "Notícias". Segundo os acordos de Roma, as tropas da Renamo e do Governo —

PÚBLICO, 25 6 93

21.000 e 61.000 efectivos, respectivamente — devem concentrar-se numa primeira fase em 49 pontos de acantonamento, onde serão desarmadas e desmobilizadas, havendo outros que formarão o novo exército nacional, tudo sob controlo da ONU. A Renamo afirma que os seus homens não podem dirigir-se aos postos de concentração "vestidos de farrapos", como sustentou o porta-voz do movimento rebelde. ●

Continuação da pág. 12

«Não posso ser árbitro e jogador»

EXP. — Como é que encara a hipótese de repatriamento dos emigrantes clandestinos cabo-verdianos que estão a residir em países da Comunidade Europeia?

A.M.M. — É uma questão que nos preocupa e, por isso, as autoridades cabo-verdianas estão a envidar esforços contando com todos os cenários possíveis, porque é uma situação que não podemos controlar. Os cabo-verdianos têm direito a regressar ao seu país quando quiserem, se tiverem

dificuldades no país de acolhimento. E as autoridades tentarão encontrar as vias para solucionar o problema. Claro que para nós será difícil receber os emigrantes porque vai aumentar os problemas do país, mas é uma situação que tem de ser encarada com naturalidade.

EXP. — Mas não poderá criar tensões sociais e económicas?

A.M.M. — Isso vai depender do número de emigrantes que regressarem. Se vierem

umas escassas centenas é uma coisa, mas se chegarem dez ou quinze mil é evidente que vamos ter problemas. Temos de esperar para ver o que acontece. Estar a dizer que a solução é esta ou aquela, no plano teórico é quase fazer futurologia. Mas já foram efectuados contactos no plano internacional: a Cruz Vermelha e os países amigos já estão de sobreaviso. Mas antes de mais terá de haver um grande esforço nacional para resolver essa eventual questão.

A noção dos limites

EXPRESSO, 2 7 93

A ENTRADA de Cabo Verde como membro não-permanente do Conselho de Segurança da ONU, em finais de 1991, foi alvo de forte contestação interna. Entre os críticos alinharam o Presidente da República, Mascarenhas Monteiro, e o próprio primeiro-ministro, Carlos Veiga, que depois acabou por mudar de opinião.

Na altura, a decisão foi também responsável pelo esfriamento das relações entre Cabo Verde e a Nigéria, o maior país da CEDEAO (Comunidade Económica para o Desenvolvimento dos Estados da África Ocidental), que estava interessada em renovar o seu mandato naquela organização.

Mascarenhas Monteiro sempre se opôs a esta «megalomania» de alguns governantes, tendo defendido um acordo com as autoridades nigerianas. O Presidente da República defendia que havia muito tempo para experimentar o cargo e queria que Cabo Verde cedesse à Nigéria o lugar no Conselho de Segurança da ONU em troca de algumas contrapartidas.

Assim, a Nigéria deveria oferecer a Cabo Verde um avião para vigilância da zona económica exclusiva, formar os respectivos pilotos e ainda construir a embaixada de Cabo Verde na nova capital daquele país, Abuja. Cabo Verde ficava, deste modo, fora dos problemáticos «jogos de equilíbrio» praticados no Conselho de Segurança da ONU, onde é fácil cair em desgraça perante as nações mais poderosas e os «lobbies» de ocasião. Para além de evitar agravar os gastos que uma representação em Nova Iorque sempre comporta, considerados um luxo para um país pobre.

Mascarenhas Monteiro perdeu a «guerra» mas, mesmo agora, não vê resultados práticos da presença de Cabo Verde no Conselho de Segurança. O Presidente da República continua a pensar que um acordo com a Nigéria teria sido melhor para o país e diz que, naquele organismo, a principal tarefa é passar «incólume» e não criar inimigos. Mas isto, pelo menos, parece ter sido conseguido.

C.F.

Exposição na Torre de Belém

PÚBLICO, 3 7 93

Gungunhana preso outra vez!

QUARTA-FEIRA à tarde, pelas seis e meia, e com um mês de atraso, a exposição "Gungunhana em Diáspora, Fotografias e Documentos" foi finalmente inaugurada na Torre de Belém, com alguma pompa e circunstância, e uma orquestra de violinos. Não faltou o tom de "Summertime", um menino da Casa Pia e um discurso breve (uma carta de Agostinho da Silva) sobre o futuro Moçambique.

A exposição, integrada no Mês da Fotografia, teve como comissário António Lino Rodrigues, e mostra de fotografias (reproduções) de vários arquivos, nomeadamente da Câmara Municipal de Lisboa, Fototeca do Gabinete de Apoio à Imprensa, Sociedade de Geografia, Biblioteca nacional, e Arquivos de Moçambique. Há ainda um conjunto de documentos relativos aos acontecimentos que envolveram a captura de Gungunhana e que daí decorreram, como o seu registo de baptismo, o documento de transladação, documentação da viagem para Lisboa, o Mapa Cor-de-Rosa e ainda uma selecção de objectos associados a este personagem histórico. A exposição acaba por ser muito mais museográfica do que fotográfica, o que à partida é uma escolha enriquecedora, incluindo esses elementos contextualizadores, e tomando a fotografia ao mesmo tempo como um dos elementos que permi-

tem contextualizar o tema.

No entanto, não é claro o fio condutor desta exposição. Não se percebe muito bem porque é que, numa exposição cujo corpo fotográfico é suposto ser o ponto de partida, se misturam aleatoriamente objectos como a espada oferecida pelo presidente Mário Soares ao presidente de Moçambique; porque é que as provas expostas, em número muito reduzido, não sejam, pelo menos em parte, originais; porque é que as fotografias, apesar de muito bem instaladas em suportes de ferro, não constituam um percurso claro e didáctico sobre o assunto. E por último, que se deixem ficar nas caixas colocadas ao centro, os postais, livros, e outros elementos relativos à Torre de Belém, usualmente aí vendidos, sobretudo quando os suportes são iguais aos utilizados para a exposição de objectos relativos a Gungunhana.

O magnífico enquadramento paisagístico da Torre de Belém, local muito apropriado para esta exposição sobre um dos mitos do colonialismo e do etnocentrismo oitocentistas, é sempre um bom motivo de visi-



Gungunhana foi o último rei de Gaza, Moçambique

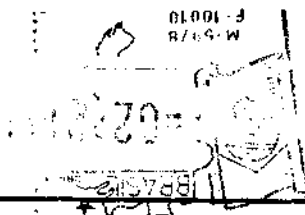
ta. Mas Gungunhana não parece ficar muito mais livre com esta reconstrução do seu passado, presa que está de um certo convencionalismo proteccionista. É pena que a concepção da

exposição, cheia de boas intenções, não passe de meros apontamentos fragmentados, sem chegar a constituir um sistema coerente de informação. ■

Margarida Medeiros

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos, do Conjunto Universitário Candido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Gioélia da Conceição e Sônia Maria (composição). Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to): Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembléa, 10/Conj. 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro, RJ, Brasil - Tel. (021)531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021)531-2155. - Assinatura anual: Instituições internacionais: US\$ 250.00; Instituições nacionais: US\$ 200.00; Pesquisadores: US\$ 100.00 (Dólar comercial). We ask exchange.

TELEFAX: 7
BELLEVILLE 7535



I M P R E S S O